

# Diário do Legislativo de 08/06/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 28ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 42ª Reunião Ordinária Interrompida da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização da 1ª Reunião da Frente Parlamentar Mineira para Acompanhamento das Negociações da ALC

1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 2/6/2004

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.201/2003; renovação da votação do projeto; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2004; votação nominal do projeto, salvo emendas e subemenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal das Emendas nºs 1 a 3 e 5 a 9; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; existência de quórum para votação; renovação da votação nominal das Emendas nºs 1 a 3 e 5 a 9; aprovação; questão de ordem; leitura e votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 4; declarações de voto; questão de ordem; declaração de voto - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.466/2004; discurso do Deputado Rogério Correia; questões de ordem; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; encerramento da discussão; questões de ordem; discurso do Deputado Weliton Prado; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique -

José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.201/2003, da Deputada Marília Campos, que consolida a legislação estadual que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes -, estabelece tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial a elas aplicáveis e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 31 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 44 Deputados. Há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.201/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 9, que apresenta. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4, do Deputado Fábio Avelar. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255 do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que tomem os seus lugares. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemenda.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Jayro Lessa - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Padre João - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas e subemenda. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3 e 5 a 9.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 38 Deputados. Não houve quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

A Presidência verifica, de plano, que já existe quórum para votação e vai renovar a votação das emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3 e 5 a 9.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Jayro Lessa - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 a 3 e 5 a 9.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - A votação do Projeto de Lei Complementar nº 50/2004 já foi concluída.

O Sr. Presidente - Foram votados o projeto e as emendas, mas ainda há uma subemenda a ser votada.

O Deputado Miguel Martini - Gostaria que fosse lida essa subemenda, de que tomamos conhecimento agora.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

O Sr. Secretário - (- Lê a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4 ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2004, que foi publicada na edição do dia 19/5/2004).

O Sr. Presidente - Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Jayro Lessa - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4. Com a aprovação da subemenda, fica prejudicada a Emenda nº 4, ficando, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 50/2004 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 e 5 a 9 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4. À Comissão de Redação.

#### Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Quero comunicar ao Deputado Weliton Prado que hoje mesmo a imprensa está noticiando que o Supremo deu ganho de causa para o Estado de Minas Gerais e considerou constitucional a Taxa de Incêndio implantada no Estado. Então, apesar da profecia contrária e da afirmativa de que era inconstitucional, esse não foi o entendimento do Supremo. Assim, não fica mais essa dúvida para nenhum dos mineiros e brasileiros.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Tive a alegria de assinar como autor o Projeto de Lei Complementar nº 50, que acabamos de votar e que estabelece normas para a feitura e a consolidação das leis do Estado de Minas Gerais.

Ao fazer essa declaração de voto, quero prestar minha homenagem a todos os que trabalharam nesse projeto. Há muito tempo, quando o Deputado Romeu Queiroz era Presidente desta Casa, constituiu-se um grupo de trabalho para estudar a consolidação das leis, dado o grande emaranhado de leis e o grande número de leis coincidentes ou mesmo antagônicas neste Estado.

Muitas são confusas, em função da prática constante desta Casa, ao longo do tempo, de apresentar as chamadas emendas "frankenstein", ou seja, emendas que, apesar de não apresentarem qualquer relação com o projeto original, eram nele inseridas no 2º turno. Era impossível conhecer a lei, porque assuntos estranhos à sua ementa eram inseridos em seu texto.

Naquela época, tive a alegria e o prazer de coordenar um grupo de trabalho, constituído por diversos Deputados, como o colega Wanderley Ávila. Tivemos grandes assessores, como o Menelick, servidor desta Casa, e Edgar Amorim Filho, nosso ex-funcionário, hoje Desembargador do Estado. Portanto, presto esta homenagem não apenas ao Dr. Edgar, mas também aos demais componentes do grupo que trabalharam agora, em conjunto com a Advocacia-Geral do Estado, para que fosse produzida uma lei que, dentro da melhor conformação possível, atendesse aos interesses de Minas Gerais. Assim, teremos uniformidade na elaboração das leis, e estará sempre disponível, aos que têm necessidade de trabalhar com a legislação, um texto claro, objetivo e que absorva todas as modificações introduzidas na lei original.

Por isso, nesta declaração de voto, presto homenagem, principalmente, ao corpo técnico desta Casa, que muito nos auxiliou para que tivéssemos um bom projeto de lei. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, esclareço ao nobre Deputado Miguel Martini que o Bloco PT-PCdoB não entrou com qualquer ADIN no STF, mas no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Solicitaremos à nossa assessoria que lhe preste maiores esclarecimentos. A Federação do Comércio entrou com mandado de segurança no STF.

Se houver tal decisão da justiça, lamentaremos muito, mas continuaremos cobrando a aprovação do projeto que revoga, em caráter definitivo, a injusta e imoral Taxa de Incêndio, que penaliza não apenas a população mineira, mas também as pequenas e as microempresas, que estão passando por muitas dificuldades financeiras.

O Governador Aécio Neves ainda não cumpriu duas promessas que fez à população. No dia 21 de abril, garantiu às pessoas físicas que haviam pago a Taxa de Incêndio que devolveria os valores pagos. Infelizmente, até hoje isso não aconteceu. Prometeu, mas não cumpriu. Portanto, solicitamos, mais uma vez, o cumprimento dessa promessa feita à população mineira.

Faltando com a verdade, também disse que estava suspendendo o pagamento da Taxa de Incêndio. O pagamento não foi suspenso, mas prorrogado até 21/4/2005. A população, no próximo ano, terá de pagar duas vezes a taxa de incêndio. Como resolver esse problema? O que precisamos fazer para que o Governador não passe por mentiroso? Votar um projeto que revogue essa Taxa ou conseguir uma posição favorável da justiça? Esperamos que o Governador cumpra sua palavra e devolva os valores pagos à população, dentro da lei, porque, se o fizer, sem que tenhamos um projeto revogando a Taxa ou uma decisão favorável da justiça, fica caracterizada improbidade administrativa, renúncia de receita. O Governador pode até perder o cargo se não obedecer à lei.

O Bloco PT-PCdoB continuará firme nessa luta. Solicitamos que a população pressione empresas, associações ligadas aos setores empresariais, mobilizando-se contra essa Taxa descabida, injusta e de caráter confiscatório.

Acabamos de aprovar um projeto da Deputada Marília Campos sobre o Micro Geraes. A Deputada está preocupada com as pequenas e as micro-empresas. Temos algumas dúvidas em relação ao projeto, em relação aos prestadores de serviço, com a possibilidade de haver um aumento da carga tributária, mas, se houver, vamos fazer as modificações necessárias. A Deputada Marília Campos está empenhada nesse projeto, e sabemos da sua capacidade. É uma contradição aprovarmos projetos favorecendo as empresas, e o Governador penalizar e cobrar mais impostos. Sabemos que a carga tributária de Minas Gerais é uma das mais pesadas da Federação. As nossas empresas não agüentam mais. A população está revoltada com essa Taxa de Incêndio. Vamos continuar pressionando nas escolas e em praças públicas. Vamos sensibilizar o Governador, e esperamos contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa para revogar a Taxa de Incêndio em caráter permanente, porque essa taxa é injusta e penaliza a população. Não à Taxa de Incêndio! Não ao pacote do Governador Aécio Neves.

#### Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero falar sobre o mesmo assunto de que falaram os Deputados Miguel Martini e Weliton Prado. Tivemos uma notícia ruim. Não sei se senti nas palavras do Deputado Miguel Martini, ao anunciar que a Taxa de Incêndio teria sido declarada constitucional pelo STF, uma certa alegria.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado Rogério Correia que suscite sua questão de ordem de acordo com o Regimento Interno.

O Deputado Rogério Correia - Serei breve, Sr. Presidente. Consta no próximo projeto que vamos votar o incentivo à quitação de débitos para com a Fazenda do Estado. Ao mesmo tempo que acontece isso, o Governo insiste na cobrança da Taxa de Incêndio. Estou inscrito para a discussão do projeto e poderei discutir essa questão com mais clareza, mas não poderia deixar de lamentar a notícia dada pelo Deputado Miguel Martini. Já estamos de luto pela morte da mãe do Secretário Danilo de Castro, a quem manifestamos os nossos sentimentos, e agora o Deputado Miguel Martini nos dá outra notícia triste, que seria a possibilidade de o Governo cobrar a Taxa de Incêndio. Senti um certo ar de alegria quando ele fez esse anúncio tão triste. Essa Taxa de Incêndio é mais uma etapa do tarifaço e da voracidade fiscal do Governador. Isso não significa que a nossa luta tenha terminado. Se o Supremo assim agiu, tentaremos, nesta Casa Legislativa, desfazer essa Taxa de Incêndio, que é muito injusta, não só com os empresários, mas com a população de modo geral. Ela poderá ter essa taxa cobrada novamente depois das eleições, talvez em dobro, como já noticiaram vários jornais.

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe o Deputado Rogério Correia para dizer que vamos entrar na discussão do próximo projeto, quando V. Exa. terá a oportunidade de tratar desse assunto.

Gostaria que as questões de ordem fossem feitas dentro da matéria constante na pauta.

O Deputado Rogério Correia - Tudo bem, Sr. Presidente; a regra deverá valer para todos.

O Sr. Presidente - Quando existe matéria polêmica em pauta, a Presidência tem procurado fazer isso, para que possamos dar andamento aos trabalhos de votação.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, não concordo com essa decisão de V. Exa. e deixo isso publicamente registrado. V. Exa. permitiu que o Deputado Miguel Martini viesse até aqui falar exatamente sobre o mesmo assunto que eu. Portanto, V. Exa. foi complacente com ele, deixando que anunciasse essa triste notícia aos mineiros.

O Sr. Presidente - A Presidência, por liberalidade, permitiu que os Deputados Miguel Martini e Weliton Prado fizessem uso da declaração de voto por se tratar de assunto diverso da matéria apreciada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, qualquer Deputado pode solicitar a palavra, pela ordem. Portanto, como Líder do partido, julgo necessária a minha manifestação.

O Sr. Presidente - Desde que esteja cumprindo o Regimento da Casa.

O Deputado Rogério Correia - Assim sendo, V. Exa. deveria observar isso sempre, e não apenas quando este Deputado fala. Na verdade, a palavra pela ordem é constantemente solicitada para outros assuntos, como se fosse um pinga-fogo. Então, por que, exatamente neste momento, V. Exa. toma essa estranha decisão? Talvez por se tratar da maldita Taxa de Incêndio.

#### Declaração de Voto

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Parabenizo o Deputado Sebastião Navarro Vieira pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50. Pudemos acompanhá-lo e fazer vários encaminhamentos nas comissões. Por isso, sabemos da importância desse projeto para Minas Gerais. Trata-se da unificação, ou seja, da consolidação das leis vigentes em Minas Gerais dentro de seu universo jurídico.

Graças à persistência e à determinação do Deputado Sebastião Navarro Vieira, esse projeto de sua autoria, vindo da legislatura passada, foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa. Então, parabenizo o Deputado pela importância extraordinária desse projeto para o universo jurídico, para que o povo mineiro possa ter, acima de tudo, a prestabilidade das leis.

Mais uma vez, parabéns, Deputado Sebastião Navarro Vieira, por trazer um mecanismo excepcional a Minas Gerais, de acordo com suas leis e, particularmente, com tudo o que já aprovamos nesta Casa. Fica aqui registrada a nossa homenagem, em nome da Bancada do PSDB.

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.466/2004, do Governador do Estado, que cria e disciplina o Programa de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, colegas Deputados, encontra-se na pauta o Projeto de Lei nº 1.466/2004, que disciplina o Programa de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais.

O Governo diz que esse programa irá melhorar a arrecadação, incentivando o pagamento dos que têm débito com a Fazenda Pública. O Estado deu aos Deputados e às entidades representativas dos empresários a garantia de que esse projeto e o votado anteriormente não acarretariam aumento de carga tributária. É impossível ter certeza, mas fiscalizaremos. Caso ocorra aumento, faremos alterações.

O Governo garante que não ajuda o mau pagador, porque a dívida permanecerá, caso ele interrompa o pagamento do débito negociado. Esse item merecerá nossa fiscalização. Afirma, ainda, que o projeto possibilitará arrecadação expressiva para aliviar os cofres do Estado, o que cobraremos.

As três questões são passíveis de dúvidas, levantadas constantemente pelo Deputado Antônio Júlio, especialmente no que se refere à capacidade de arrecadação. De qualquer forma, ainda este ano o Governo deve ao funcionalismo público uma resposta para melhorar suas condições de trabalho e os salários. Esse compromisso não foi cumprido pelo Governador, que não investe nas condições de funcionamento do aparato do Estado.

A Polícia Militar - PM - está sucateada e reclama, com razão, da falta de condições de trabalho e dos salários precários. Vamos ver que índice o Governo irá oferecer este mês, conforme prometido. A PM está se mobilizando e, justificadamente, tem que fazer pressão para ver suas reivindicações atendidas. O Governo do Estado, ao invés de negociar, encomenda pesquisas à FIEMG, tentando intimidar os policiais. O mesmo faz com os professores, que vivem uma situação precária. O plano de carreira aprovado não tem tabela salarial, e o Governo não marcou data para enviá-la. Lembro que, sem a tabela, o plano não anda.

Aprovamos esse dois projetos para que o Governo não tenha desculpas para não aumentar os salários dos funcionários públicos e não investir no Estado. Até o momento, tudo o que fez foi com verba do Governo Federal. Agora, será assinado um convênio entre a COPASA e o BNDES, sendo que a maior parte dos recursos vem do Banco. Certamente, colocará o nome no programa como se fosse do Estado. Aliás, o atual Governo envia para Minas muito mais recursos do que o do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ressalto isso, porque alguns Deputados querem passar a ilusão de que o Governo Federal está fazendo contenção de um percentual grande de impostos para Minas.

Esse grande percentual ainda cresceu no Governo Fernando Henrique, que nada remetia para Minas Gerais devido à briga com o Sr. Itamar Franco. O Governo Lula é diferente e tem tratado Minas Gerais com o carinho que o Estado merece. Para que o Governo do Estado não tenha desculpas para não dar aumento ao funcionalismo público nem para não fazer investimentos, porque a Oposição barra seus projetos, aprovaremos esse projeto de lei do Governo, embora isso não signifique que conseguirá a arrecadação que promete, como se esta fosse a sua salvação. Mas o Governo é muito esperto. Coloca armadilhas para, caso seja reprovado, dizer que a Oposição não lhe deixou mecanismos arrecadatórios suficientes para conceder aumentos e fazer investimentos. Portanto, aprovaremos o projeto de lei, mas cobraremos a apresentação da tabela do plano de carreira dos professores e dos demais setores do funcionalismo público, assim como o reajuste da Polícia Militar.

O Governo, na sua sede arrecadatória, na sua voracidade fiscal, não desiste da cobrança da Taxa de Incêndio. Infelizmente, recebemos a notícia, que merece o luto desta Assembléia e do Estado de Minas Gerais, de que o Governo teria conseguido, no STF, um aval para a cobrança da Taxa de Incêndio. Trata-se de uma péssima notícia. O povo mineiro terá de voltar a receber, em casa, as malditas boletas das Taxas de Incêndio. Vocês se lembram daquelas boletas de R\$50,00, R\$100,00, R\$200,00, contra as quais valentemente lutamos e que felizmente foram suspensas pela justiça mineira? Será que mais impostos serão cobrados do nosso sofrido povo? A voracidade fiscal do Governador Aécio Neves é lamentável. E ainda há quem comemore a volta dessa taxa, o que muito me espanta. O povo mineiro terá de receber novamente as boletas, o que é uma verdadeira injustiça. Caso haja alguma ação judicial, que possa ser interposta, nós utilizaremos tal expediente para pôr fim ao que consideramos absurdo. Vamos insistir no projeto de lei que apresentamos com o PMDB, solicitando a revogação da Taxa de Incêndio. Esta Assembléia terá de se posicionar sobre a questão, cujo impacto é de todos conhecido. Pobres e ricos, especialmente os mais pobres, serão sacrificados com essa taxa, sem que sequer tenha sido medido o risco de incêndio de suas casas. Caso essa notícia infeliz se confirme, perguntamo-nos o porquê de a justiça não questionar a forma pela qual foi medido o risco de incêndio. Isso foi feito com qual aparelho? O que foi levado em consideração? Alguém foi averiguar o risco de incêndio das casas? É uma taxa completamente injusta. E vem o Deputado Líder da Maioria dizer, com ares de felicidade, que o Supremo concedeu ao Governador a cobrança da Taxa de Incêndio. Não há nada a comemorar, pelo contrário, estamos de luto com essa notícia, caso seja confirmada. Mas, ao mesmo tempo, o Governo incentiva o pagamento de débitos com a Fazenda Pública. É a voracidade fiscal que denunciemos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em parte) - Nobre companheiro Deputado Rogério Correia, Líder de nosso bloco, estou solidária com a sua fala. Lembro-me da indignação do povo em Betim, quando começaram a chegar as primeiras boletas. Estive nas igrejas, e, durante as homilias, algumas paróquias denunciaram essa Taxa de Incêndio e solicitaram ao povo que procurasse os Deputados para verificar se haviam votado contra ou a favor. É uma situação muito grave. Se de fato o STF for a favor da cobrança dessa taxa, isso não pode ser comemorado. Temos de ser solidários com o povo mineiro, denunciar e lutar até o final para extinguir essa Taxa de Incêndio. O povo já não agüenta aumento de taxas, já não suporta essa carga; não porque não queira contribuir para o Estado, mas pela situação em que se encontra, com as altas taxas de luz, de água e telefonia. Há uma verdadeira indignação em todo o Estado, em todas as cidades que temos visitado. Essa taxa é injusta. O trabalhador já não suporta essa exorbitância na cobrança de taxas. Nosso bloco lutará até o final com todas as armas e, se possível, ainda recorrerá à justiça, além de continuar com a denúncia permanente. Conclamo todos os Deputados para acabarmos essa Taxa de Incêndio.

No dia em que o povo se está preparando para o jogo entre o Brasil e a Argentina, não é possível uma notícia bombástica como essa.

O Deputado Rogério Correia\* - A Deputada Maria Tereza Lara lembrou muito bem que hoje haverá o jogo entre Brasil e Argentina. Seria bom que cada um dos torcedores que estarão no Mineirão soubesse, no estádio, que o Governador pretende remeter novamente as boletas da Taxa de Incêndio para sua casa. É uma notícia importante em um dia de jogo, com a presença do Governador do Estado. O povo, no estádio, comemorará a Taxa de Incêndio com um verdadeiro foguetório. Acho que o Governador não espera foguetes favoráveis à Taxa de Incêndio. Seria até bom que o povo soubesse dessa notícia no estádio, para receber bem o Governador Aécio Neves, que até lembra um pouco a figura do Nero, com essa Taxa de Incêndio. Nero botou fogo em Roma. Até parece que Belo Horizonte vai incendiar-se toda e é preciso cobrar uma Taxa de Incêndio de cada casa, para que a cidade não se incendeie. O Governador Aécio está menos para "neves" e mais para incêndio. A Deputada Maria Tereza Lara fez uma boa lembrança.

O Deputado Chico Simões está neste momento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, apresentando um requerimento de autoria dele e de minha autoria, solicitando a investigação da notícia da formação de uma força-tarefa que teria descoberto um prejuízo de R\$40.000.000,00 em notas frias para o erário do Estado.

Esse valor significa três vezes mais do que o Estado arrecada em um ano.

Li no jornal de hoje que o Governador Aécio Neves está incomodado com a notícia de sonegação fiscal por meio de notas frias. Ora, R\$40.000.000,00 seriam a salvação do Estado. Se isso estiver realmente ocorrendo, uma fiscalização eficaz para dismantelar a máfia das notas frias e passar a recolher ICMS fará com que o Estado triplique sua arrecadação.

O jornal "Estado de Minas" publicou ontem e hoje a notícia que essa máfia se espalha também por outros Estados. Há pessoas presas devido à emissão de notas frias. A sonegação está, portanto, comprovada, e, ao que tudo indica, configura crime organizado.

Em nome do Bloco PT-PCdoB, as Comissões de Fiscalização Financeira e de Segurança Pública estão apresentando um requerimento solicitando permissão para fazer uma investigação e, se necessário, instalar uma CPI para apurar os fatos. Esperamos que o Governo aprove nosso requerimento.

Se o sonegador fiscal, que está dando tamanho prejuízo ao Estado, for desmascarado, o Governo já não precisará ficar inventando taxas para onerar a população, como é o caso da maldita Taxa de Incêndio. Os Deputados do Governo já não precisarão vir à tribuna comemorar que a Taxa de Incêndio será novamente cobrada.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, parabeno-o por seu pronunciamento.

Esclareço ao Deputado Miguel Martini que o Bloco PT-PCdoB não impetrou nenhuma ADIN no STJ ou no STF. Entramos, sim, com uma ADIN no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O Deputado, portanto, está totalmente equivocado.

Acabamos de fazer uma consulta, pela Internet, ao STF e ao STJ em relação à ADIN a que ele se referiu. Não encontrei nada. Desafio o Deputado a vir mostrar-nos as provas. Se afirmou, tem de provar. Que traga, então, como prova a decisão do STF em relação à tal ADIN. Pode ter havido decisão em relação ao mandato de segurança, mas em relação à ADIN não houve nada.

Percebi a alegria com que o Deputado Miguel Martini deu a notícia da confirmação da cobrança da Taxa de Incêndio. Vi felicidade no rosto do Deputado.

A Taxa de Incêndio é um absurdo. Imaginem os senhores se as pessoas que já estão com dificuldade de pagar luz e água tiverem de pagar também a Taxa de Incêndio. Uma senhora, em Uberlândia, que não tinha como pagar pela energia elétrica, teve sua casa incendiada por uma vela. Como pagará essa senhora a Taxa de Incêndio, que, na verdade, não é responsabilidade sua, mas do Estado?

Deixamos nosso protesto, caso a notícia tenha sido mesmo de mau-gosto.

Continuaremos mobilizando esta Casa para votar o projeto do Bloco PT-PCdoB e do PMDB e revogar, em caráter definitivo, a Taxa de Incêndio, que é injusta, incoerente e que muito penaliza a população de Minas Gerais.

Quero agradecer ao Deputado Rogério Correia e dizer que pode ter certeza absoluta de que não nos vamos amedrontar. Lutaremos até o último minuto e continuaremos denunciando as injustiças cometidas pelo Governo do Estado.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado Weliton Prado, V. Exa. tem sido um bravo combatente dessa Taxa de Incêndio, e com toda razão. É algo totalmente injusto, realmente.

Esse projeto de lei que estamos votando para melhorar a arrecadação é importante porque parece que o Estado vai mal do ponto de vista de investimentos. Hoje, às 11 horas, o Governador Aécio Neves presidirá a solenidade de assinatura do maior contrato de financiamento de seu Governo. Entrei no "site" da COPASA para obter essas informações. São 10h16min, ainda há tempo para os Deputados do PT comparecerem à solenidade, e recomendo que o façam pelo seguinte: a notícia é: "COPASA garante mais R\$469.000.000,00 para obras". Alguns jornais daqui, não todos, não têm muita disposição em publicar alguma coisa que possa arrastar um pouquinho a imagem do Governador Aécio Neves. Outro dia, numa notinha do jornal "O Globo", o Presidente Lula fez uma reclamação em tom de brincadeira, porque tem muito amor por Minas Gerais. Fez apenas um comentário, achando graça e dizendo aos jornalistas: "Mando o dinheiro para Minas Gerais, por exemplo, o Luz para Todos, e o Governador Aécio coloca 'CEMIG - Luz para Todos - mais uma obra do Governo de Minas Gerais', e não põe o meu nome nem cita o Governo Federal". Ele disse que o Jarbas Vasconcelos faz a mesma coisa, mas não falou em tom de reclamação, porque o que importa é que o Luz para Todos esteja chegando ao interior, e todos sabemos que é verba do Governo Federal.

Mas o coitado do companheiro Lula não sabe da missa a metade, Deputada Maria José Hauelsen, que gosta de usar essa expressão. Não só o Luz para Todos, mas também todos os programas do Governo Federal ganham outro nome aqui. E aí vem: COPASA garante mais R\$469.000.000,00 para obras. O Governador vai presidir a cerimônia de assinatura do maior contrato de financiamento de seu Governo. Todos os jornais do Estado publicarão amanhã: "COPASA investe R\$469.000.000,00 em obras. Mas não se dirá que R\$300.000.000,00 são recursos do Governo Federal, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e que a contrapartida da COPASA será de R\$169.000.000,00. No outro caso da COPASA, é a Caixa Econômica Federal que fará o financiamento, e assim por diante.

A partir de agora ficaremos atentos a essas questões. Já entramos em contato com os Ministros, a fim de que enviem para os nossos "sites" informações sobre o que o Governo está investindo em Minas Gerais. Ainda não foi feito um balanço, mas arrisco-me a dizer que muito mais dinheiro foi enviado para Minas Gerais no primeiro ano do Governo Lula que no último ano do Governo Fernando Henrique. "O Globo" fez esse levantamento no Rio de Janeiro, e muito mais foi enviado para a Rosinha Mateus no primeiro ano do Governo Lula - que foi bastante difícil - que no último ano do Governo Fernando Henrique, quando tudo estava engrenado, e a época era de eleição. A Rosinha disse que ainda era pouco. É claro que é, mas o que vier será bem-vindo, e continuaremos reivindicando mais.

Só queria dar a notícia porque os Deputados sobem à tribuna para dizer que toda a arrecadação de impostos está ficando com o Governo Federal. Estamos começando o processo de descentralização e de busca de uma melhor federalização. Ainda há tempo de se fazer isso no Governo Lula, há que se avançar na questão da federalização no Brasil.

Isso tem sido feito. Na CIDE, por exemplo, 15% passarão para 19%, uma reivindicação dos Estados que foi alcançada. No Governo Fernando Henrique, nenhum centavo da CIDE veio para os Estados ou os municípios, Deputada Marília Campos. No Governo Lula, são 15% para os Estados mais 5% ou 7% para os municípios. A parte do Estado aumentará para 19%, como está no projeto de lei do Governo Federal, na Câmara e no Senado. Há um investimento do Governo para melhorar a relação da União com os Estados. É importante ressaltar isso e também a reforma tributária aprovada no primeiro ano do Governo Lula. Durante os oito anos do Governo Fernando Henrique, ela não foi aprovada, e ele tinha, sim, interesse em centralizar tudo na União. Aprovamos uma parte da reforma tributária no primeiro ano do Governo Lula, e ela continuará agora.

Voltando ao assunto da COPASA, o seu "site" fala sobre a assinatura do contrato, com 129 novos reservatórios com capacidade total de 147.000.000 de litros de água; 193km de adutoras de água bruta e tratada; 926km de rede de distribuição e 89.000 ligações prediais. Na área de esgotamento sanitário, os recursos provenientes do BNDES garantirão o assentamento de 567km de redes coletoras, 140km de emissários e interceptores de esgoto, 14 estações de bombeamento de esgoto, 40.000 novas ligações prediais e a construção de 8 estações de tratamento de esgoto, que serão feitos com licitação da COPASA. A Caixa Econômica e o BNDES não aceitam que essas licitações sejam feitas pelo município, e algumas delas, aliás, são de caráter internacional. Quando dizíamos que era errado fazer com que a licitação de Estação de Tratamento de Esgoto da COPASA passasse para o município, falaram que isso seria para descentralizar. O Banco Mundial, quando empresta dinheiro, exige que a licitação tenha fiscalização internacional, para se ter uma idéia. Ela não pode passar para o município naquele aqodamento de véspera de eleição. O BIRD não permite isso, Deputada Maria José. A licitação não pode ir para Teófilo Otôni, a fim de que o Prefeito, às pressas, a faça. Deve haver fiscalização internacional para que o dinheiro saia. A COPASA é a responsável pela licitação, que tem, aliás, características internacionais. Era isso o que queria dizer.

Sr. Presidente, os Deputados do PT estarão, às 11 horas, no Palácio. Deveríamos, aliás, agilizar a reunião para que os Deputados do Governo também possam estar presentes lá. Não se esqueça, Sr. Presidente - e V. Exa. deverá estar presente, pois é uma reunião importante -, de lembrar o Governador que R\$300.000.000,00 são do Governo Federal. Se isso for anunciado, o Presidente Lula agradecerá, e ainda terei oportunidade de dizer a ele que não sabe da missa a metade. Ele reclamou do Luz para Todos, mas o seu amigo, o Governador Aécio Neves, faz isso constantemente. Até em nome da amizade dos dois, o Governador poderia, quando o Presidente não estiver presente, anunciar que tem a simples ajuda de R\$300.000.000,00 ou R\$469.000.000,00 do Governo Federal. Assim, o Presidente Lula não se sentirá excluído dessa operação conjunta da COPASA com o Governo, e assim por diante.

#### Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Como V. Exa. pode verificar, não há quórum para a continuação da reunião. Peço, então, o seu encerramento. Como V. Exa. hoje está bastante "regimentalista", peço que termine, de plano, a reunião.

O Deputado Miguel Martini - Solicito que seja feita a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há quórum para a continuação da reunião.

#### Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Então, que V. Exa. coloque em votação o projeto e siga o Regimento. A minha questão de ordem é que V. Exa. siga o Regimento: não cabe questão de ordem do Deputado Miguel Martini neste momento. Como V. Exa. não me permitiu questão de ordem, que coloque em votação o projeto e prossiga a votação.

O Sr. Presidente - A Presidência, acatando a solicitação do Deputado Rogério Correia e não havendo outros oradores inscritos, encerra a discussão do Projeto de Lei nº 1.466/2004.

#### Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, peço ao senhor que olhe o livro, porque o Deputado Weliton Prado está dizendo que está inscrito.

O Sr. Presidente - Solicito ao Deputado Rogério Correia e aos demais colegas que mantenham a tranqüilidade para que possamos dar continuação aos trabalhos. A Presidência, acatando a solicitação do Deputado Rogério Correia, encerrou a discussão da matéria. Portanto, a matéria já tem encerrada sua discussão e entramos no processo de votação.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, estou inscrito para discutir o projeto. A minha questão de ordem é pertinente, justamente porque estou inscrito, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece a V. Exa. que o Líder da sua bancada, da tribuna, solicitou que encerrássemos a discussão do projeto, e assim o fizemos. V. Exa., então, pode fazer o encaminhamento de votação.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, o Líder solicitou que encerrássemos a discussão, mas estou inscrito para discutir.

O Sr. Presidente - Encerrasse a discussão e colocasse o projeto em votação.

O Deputado Weliton Prado - Certo. Mas, se estou inscrito para discutir, é preciso esperar todos os oradores inscritos fazerem sua intervenção para, depois, colocar o projeto em votação. O Líder fez o encaminhamento correto, pediu que se encerrasse a discussão. Mas, para isso, temos de esperar todos os oradores fazerem sua discussão. Eu estava inscrito para discutir o Projeto nº 1.466/2004, do Governador do Estado.

O Deputado Rogério Correia - Ele faz a sua intervenção e, depois, encerra-se a discussão. Eu não disse que ele não poderia falar.

O Sr. Presidente - A Presidência já encerrou a discussão da matéria.

O Deputado Weliton Prado - Não tem como encerrar se estou inscrito, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência pode passar a palavra a V. Exa. para fazer o encaminhamento de votação. Se V. Exa. desejar fazer esse encaminhamento, a Presidência irá passar-lhe a palavra.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, de fato, o Deputado Alberto Pinto Coelho solicitou-nos que terminássemos a discussão desse projeto hoje, com o que concordei. Mas isso não significa que a lista de inscritos não seja obedecida. Se o Deputado Weliton Prado está inscrito e não foi consultado para retirar o seu nome por mim nem por outro, tem direito à sua inscrição, a não ser que ele próprio abra mão dela. Porém, solicito à nossa bancada que não peça encerramento antes de terminarmos a discussão da matéria. Se o Deputado Weliton Prado achar por bem retirar a sua inscrição, tudo bem, mas retirá-la sem a autorização dele não é permitido pelo Regimento Interno. Portanto, peço a V. Exa. que siga as orientações do Regimento.

O Sr. Presidente - A Presidência entende, Deputado Rogério Correia, que o Líder pode fazer a inscrição dos parlamentares da sua bancada e

retirá-la. Como V. Exa., em entendimento com o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, disse que poderíamos dar prosseguimento à reunião e colocar a matéria em votação, a Presidência acatou a sua solicitação.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, sou o Líder e estou comunicando a V. Exa. que não solicitei a retirada da inscrição do Deputado Weliton.

O Sr. Presidente - V. Exa. pediu que encerrássemos a discussão da matéria e votássemos o projeto.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, para contribuir com o andamento desse projeto nesta Casa, retiro a minha inscrição para discutir o projeto, mas me inscrevo para fazer o encaminhamento de votação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado\* - O Projeto de Lei nº 1.466, do Governo do Estado, cria o Programa de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Estadual, Minas Ativa, que pretende regularizar a situação de contribuintes devedores do Fisco Estadual.

Segundo justificativa do projeto, o Estado de Minas Gerais tem em seu favor montante superior a R\$10.000.000.000,00 a receber dos devedores inscritos na dívida ativa. Para aumentar os valores recuperados, o Estado se propõe a receber adesões dos contribuintes devedores participando com um bônus ou desconto no pagamento das dívidas à vista ou em parcelas.

O Programa se realizará mediante concessão dos seguintes incentivos: bônus cadastral em razão do tempo de enquadramento do contribuinte em situação de adimplência total; regime incentivado para pagamento à vista, com concessão de desconto de até 20%; bônus de adimplência para os que pagam em dia os débitos e do bônus de geração de emprego que pretende beneficiar contribuintes que mantenham trabalhos criados com a regularização de sua situação cadastral.

O projeto é importante assim como o posicionamento do Bloco PT-PCdoB nesta Casa, nosso compromisso é ajudar o Estado. Não somos oposição por oposição, somos responsáveis. Queremos ajudar nas transformações que nosso Estado necessita. Não podemos aceitar a incoerência. Votaremos esse projeto importante, mas não da maneira como está: dá com uma mão e tira com a outra, querendo cobrar taxas da população de Minas.

No início, queria cobrar até de quem chamasse a Polícia, queria cobrar Taxa de Incêndio, aumentar os valores das custas judiciais, o que não podemos aceitar de maneira nenhuma. Também aumentar a carga tributária de algumas empresas que já estão passando por muitas dificuldades não pode. Nosso Estado tem a maior carga tributária da Federação. Não dá para aceitar a incoerência de querer cobrar Taxa de Incêndio penalizando a população.

Votaremos nesse projeto importante, Minas Ativa, vamos votar e ajudar o Estado. Esse é o nosso posicionamento. É isso que estamos fazendo, Deputados Biel Rocha, Rogério Correia, Maria Tereza Lara e Marília Campos: estamos ajudando Minas a resolver seus problemas históricos. Sabemos das dificuldades e as enfrentamos com seriedade. Naquilo que prejudica a população, somos firmes e combativos, não arredamos o pé, não aceitamos que a população de Minas seja prejudicada.

Em relação à Taxa de Incêndio, vamos até às últimas conseqüências. Solicitamos aos Deputados desta Casa que votem a favor do povo, revogando a Taxa de Incêndio em caráter definitivo. O projeto está nesta Casa, basta votar. O Governador tem de cumprir a palavra votando o nosso projeto e, dessa forma, revogando a Taxa de Incêndio. Assim, daremos oportunidade ao Governador de cumprir sua promessa, porque ele garantiu que ia devolver o dinheiro às pessoas que já pagaram a Taxa de Incêndio. Para o Governador devolver o dinheiro, não cometendo crime de responsabilidade administrativa, porque ele não pode fazer renúncia de receita, tem de ser por decisão da justiça ou por um projeto votado nesta Casa. Vamos votar o projeto para o Governador não sair como mentiroso, porque ele tem de devolver o dinheiro às pessoas que já pagaram. Ele prometeu que ia suspender, mas não suspendeu, só prorrogou. Se ele suspender esse pagamento, é crime de probidade administrativa. Ele prometeu duas coisas que não podia cumprir: suspender a Taxa de Incêndio e devolver o dinheiro a quem já a pagou.

A Oposição é responsável, quer ajudar o Governador que está numa situação complicada. Ele prometeu o que não podia cumprir, prometeu dois aspectos que fogem da legislação, vamos ajudá-lo. Solicitamos que a base do Governo ajude também, votando em caráter imediato o projeto que revoga a Taxa de Incêndio. Votaremos favoravelmente ao Minas Ativa, que é um projeto do Governo. Isso mostra que a Oposição quer ajudar o Estado e o Governo.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Rogério Correia - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 7 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Carlos Andrada) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados, que, somados aos 10 em comissões, perfazem o total de 41 parlamentares. Portanto, há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação do projeto, salvo emenda. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.466/2004 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 165/2003 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/6/2004

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Conselheiro Tovar da Silva Nunes - Palavras do Sr. Gilmar Alanis - Palavras da Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - Considerações finais.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Chefe do Departamento da ALCA no Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Tovar da Silva Nunes; Presidente da Câmara Americana de Comércio, Sr. Jorge Perutz; Presidente do Conselho de Relações Econômicas Internacionais da FIEMG, Martha Regina Coelho Teixeira Lassance, representando o Presidente da FIEMG, Robson Braga de Andrade; e o Diretor de Programas de Comércio Exterior da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Jorge Oliveira; e Gilmar Alanis, Coordenador Técnico do CONCEX, representante do Governador do Estado.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização da 1ª Reunião da Frente Parlamentar Mineira para Acompanhamento das Negociações da ALCA.

#### Palavras do Sr. Presidente

Convidados, convidadas, telespectadores da TV Assembléia, esse assunto tem importância não somente para os Governos dos 34 países inscritos para constituírem a ALCA, como também para a Nação, representando interesse de mais alta relevância. Para que possa ser instalada e fortaleça as relações internacionais e a democracia e para ser espaço de motivação das relações comerciais, é fundamental a participação de todos os brasileiros e brasileiras. Por isso, a Assembléia constituiu a Frente Parlamentar. Como parlamentares mineiros, queremos acompanhar as negociações da ALCA com o intuito de fortalecê-la, como instrumento de comercialização dos nossos produtos e serviços, e estreitar os laços de união entre os países das Américas.

Temos o prazer e a honra de receber o Dr. Tovar. Gostaríamos de obter informações sobre o andamento da ALCA, os avanços e as dificuldades ainda impostas. Não temos dúvida de que, se for bem negociada, visando à preservação da soberania das nações e à facilitação do comércio internacional, essa associação será mecanismo importante de ampliação das possibilidades de emprego e renda, de desenvolvimento e de prosperidade; enfim, de construção de espaço multinacional da cidadania e de bem-estar dos povos da América Latina. Adotando-se a lógica da globalização, é fundamental que não se permita que apenas alguns sejam beneficiados, mas que todos os povos sejam inseridos nesse contexto, para realizarem seus talentos e sonhos, melhorando a qualidade de vida em todos os cantos da América e do globo terrestre.

#### Palavras do Conselheiro Tovar da Silva Nunes

Exmo. Sr. Deputado Adelmo Carneiro Leão, Sr. Jorge Perutz, Sra. Martha Regina, Srs. Jorge Oliveira, Gilmar Alanis, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais presentes, é uma honra estar nesta Casa. Como negociador comercial e representante do Ministério das Relações Exteriores, tenho a missão de esclarecer o que ocorre na mesa de negócios para a conformação de área de livre comércio. Essa missão foi-me confiada, em parte, sob a regência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim. Portanto esta é oportunidade única de atualizar-lhes, promovendo discussão e fornecendo elementos para análise das perspectivas dessa negociação. Julgamos importante recordar o início do processo e o momento de inflexão dessas negociações, ocorrido em novembro, e o que está havendo em 2004, para que possam entender os obstáculos e as possíveis saídas.

As negociações da ALCA se iniciaram em 1994, com a chamada Iniciativa das Américas, essencialmente norte-americana, que se situou em cúpula de Presidentes das Américas realizada em Miami. Nessa cúpula, além de negociação comercial de todo o continente americano, lançou-se também um conjunto de iniciativas que abrangiam o combate à corrupção, o fortalecimento da democracia, a promoção do desenvolvimento sustentável, enfim, 22 ações para o hemisfério. Portanto, a ALCA não surgiu de maneira isolada, apenas com propósito comercial, tratava-se de iniciativa muito mais ampla e complexa, que previa integração hemisférica progressiva, mas baseada na interação e na cooperação entre os povos, com preocupação não só com a expansão do comércio, mas também essencialmente com a melhoria de vida e de renda, a criação de emprego e o fortalecimento da democracia no hemisfério. Isso é importante, porque, por alguma razão, a ALCA ficou mais conhecida do que as outras iniciativas. Houve debate muito produtivo e amplo. Muitas vezes foi mais objeto de crítica do que de compreensão. O certo é que ficou mais conhecida como exercício de negociação do que, por exemplo, a iniciativa de combate à corrupção do hemisfério ou a iniciativa de promoção do desenvolvimento sustentável, que são temas importantes que merecem também a atenção do Governo e de toda a sociedade.

A ALCA se iniciou, na verdade, depois de 1994. O exercício efetivo de negociação se iniciou com a reunião ministerial da ALCA realizada nesta cidade, em 1997. Antes disso, procurou-se acertar o conjunto de mandatos, os termos de referência da negociação. As áreas só foram definidas a partir de 1997. Belo Horizonte foi marco na negociação da ALCA, sendo lembrada em todas as reuniões a que compareci em 2003 como exemplo de administração de grandes eventos, hospitalidade e mobilização da sociedade. Belo Horizonte serviu como palco numa época ainda incipiente dessa mobilização, mas que, tanto da parte empresarial quanto da sindical e de ONGs, foi um exemplo. Em toda reunião do grupo chamado Participação da Sociedade Civil na ALCA, a reunião de Belo Horizonte é lembrada como a de abertura.

Por muito tempo, as negociações da ALCA foram envoltas em véu de pouca transparência. Ainda há críticas, até certo ponto válidas, pela falta de transparência. Minha presença aqui é um pouco para fazer o exercício de aumentar a transparência dentro do Brasil. Mas existe, por parte de outros países que participam desse exercício, certa resistência à transparência total. O desejo do Brasil, por exemplo, era fazer, a partir de Belo Horizonte, com que todos os documentos estivessem disponíveis não só na Internet - meio rápido, mas a que nem todos têm acesso: calcula-se que não passa de 10% em todo o hemisfério, contando com alta proporção nos Estados Unidos, o acesso a meios eletrônicos de

comunicação -, mas também que houvesse a implantação do que chamamos de transmissões radiofônicas, primeiramente chamadas rádio alfa, ou seja, a possibilidade de que as negociações fossem transmitidas para quem quisesse ouvir. Não creio que seria um programa de alta popularidade, mas nosso propósito foi e continua sendo dar o máximo de transparência a essas negociações.

O Brasil foi o primeiro País a divulgar na Internet sua oferta na ALCA e o primeiro a associar delegações, Deputados, Senadores, membros de sindicatos, representantes empresariais. Isso foi objeto de muita crítica. Na última reunião ministerial realizada em Miami, tínhamos 72 pessoas representando o Brasil, cada uma com mandato específico - não havia ninguém apenas para integrar a delegação, sem missão concreta -, de maneira que essa tem sido um pouco nossa preocupação. Ainda não chegamos ao seu nível. O fato de ainda não haver considerações tão profundas sobre a ALCA no Brasil é sinal de que o diálogo precisa ser mais complexo e transparente.

Quanto à evolução das negociações, a cada ano há reunião ministerial, e Belo Horizonte não foi a cidade pioneira. Houve oito reuniões desde o lançamento da ALCA, e a última ocorreu em Miami, em novembro de 2003. Em 1998, os mandatos foram definidos em São José, na Costa Rica, e se identificaram as nove áreas de negociação. A ALCA é muito mais que um exercício de troca de concessões entre bens agrícolas e não agrícolas. As negociações comerciais se concentraram na troca de concessões, na abertura de mercado, na preferência tarifária, na redução de tarifas e de barreiras não tarifárias. Entretanto, começou com mandato mais ambicioso. Além da troca de concessões entre bens agrícolas e não agrícolas, há os serviços, que, no Brasil, movimentam muito mais que as produções manufatureira e agrícola e são responsáveis por mais de 60% do PIB. Nos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá, essa proporção é muito mais elevada. A manufatura, o produto agrícola e essencialmente os serviços movimentam o comércio. Consultorias de bons arquitetos, engenheiros, advogados e os serviços financeiro, bancário, de telecomunicações, de transportes, de seguros dão respaldo à produção manufatureira, industrial e agrícola.

A negociação de serviços é importante porque, recentemente, o Brasil aprendeu a negociar. Até hoje não se contabilizam estatísticas relativas a serviços a contento, como talvez ocorra somente nos Estados Unidos. Há várias formas de identificar o fluxo de comércio de serviços; entretanto, no Brasil, o Banco Central é o responsável pelas transações entre residentes e não residentes. Por exemplo, o consumidor compra serviço de turismo, desloca-se para país da América Latina ou da Europa e gasta seus dólares ou euros. Embora essa transação seja registrada, os serviços prestados mediante casas bancárias como HSBC, Lloyds Bank, Bank of America e BankBoston, que produzem aqui e vendem seus serviços, são contabilizados, por não se dissociarem do produto interno, como prestação interna. Pela definição da OMC, a prestação de serviços mediante presença comercial deveria ser contabilizada no comércio internacional de serviços. Outra área associada, que, no entanto, apresenta características próprias, é a de investimentos, como garantia e promoção do investimento e proteção do investidor e do investimento. Já a política de concorrência - avançada no Brasil - estabelece regras sobre a competição leal, para evitar formação de cartéis. Dos 34 países das Américas, somente 15 apresentam legislação sobre o assunto. Navegamos numa área com a qual nem todos os países têm familiaridade e é ambiciosa, complexa e foi incluída no mandato original da ALCA. Outra área seria a de solução de controvérsias, mecanismo para dirimir dúvidas, controvérsias, disputas, e promover a solução dos conflitos comerciais existentes no hemisfério. Isso é questão natural de todo arranjo comercial. Toda área de livre comércio deve ter mecanismo, desde que seja justo, não seja muito caro e seja acessível e equitativo.

Deixo para o fim tema dos mais problemáticos, a propriedade intelectual. Falo isso para que se tenha idéia da complexidade da agenda de negociação, que também existe no plano multilateral, nas negociações levadas a efeito em Genebra, mas só se pronunciou a partir dos anos 80. Isso ocorreu em função do fenômeno da globalização, pelos interesses globalizados daqueles países que investem no exterior e precisam ter protegidos os seus serviços, investimentos e pesquisas, que se manifestam pela proteção dos direitos de propriedade intelectual. A pretensão inicial na ALCA seria verificar a necessidade de haver arranjo próprio, que fosse diferente do acordo que já é muito difícil de ser cumprido na OMC, conhecido pela sigla TRIPS, Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Significa que o interesse era tentar, no âmbito do hemisfério, verificar a necessidade de promover, por exemplo, legislação mais forte de combate à pirataria e à contrafação, legislação que pudesse ser comum ou em que houvesse penalidade para aqueles países que já têm legislação, mas não as cumpre. Por exemplo, no caso de patente, o desejo nítido dos Estados Unidos era promover proteção maior, prazos mais longos. Portanto, trata-se de agenda difícil de ser cumprida, mesmo no prazo estendido de vários anos de negociação.

Por fim, a última área seria a "antidumping", subsídios e direitos compensatórios. Essa parte agregada é chamada de defesa comercial. Por exemplo, o Brasil quer vender sapatos para o México ou aço para os Estados Unidos. A primeira barreira é a interna, em que temos mais ou menos 16 taxas até o porto, além do problema de infra-estrutura. Não desfiarei aqui os problemas que têm origem no próprio Governo. Além dessas outras dificuldades internas, como custo de frete, seguro, quando se chega à fronteira de outro país, a primeira barreira que se encontra é a tarifária. Em muitos países as tarifas não são mais problema. Há apenas para alguns produtos. O caso do aço é emblemático, goza de tarifa baixa nos Estados Unidos. Seria fácil vendê-lo se fosse levado em consideração apenas esse aspecto. No entanto, o que é facilitado pela via tarifária é dificultado por outros instrumentos. Um deles é a chamada medida "antidumping", que é, no fundo, megatarifa, sobretaxa imposta a um produto, de maneira discriminatória, ou seja, não abrange todos os países que estejam exportando. Se for comprovado que o produto é vendido a preço mais baixo do mercado de origem ou abaixo do custo de produção, será objeto dessa sobretaxa. Abrevio questão bem mais complexa, que, no fundo, impede nossa exportação.

Então, a discussão dessa medida "antidumping", barreira adicional para o Brasil, é muito importante, porque temos sofrido nas exportações ainda, em parte, a questão tarifária. Há tarifas, por exemplo, no caso do fumo, suco de laranja, da área têxtil. Isso sem contar o que chamamos de apoio interno e subsídio à exportação. Recentemente, os Estados Unidos, com a nova lei agrícola, a "Farm Bill", aumentaram, de maneira pronunciada, o apoio aos agricultores norte-americanos. Portanto estariam concorrendo de maneira desleal com os nossos produtores, que não têm os mesmos incentivos e subsídios.

Essa é a agenda de negociação da ALCA. Tomei certo tempo para descrevê-la porque é sempre bom entender a amplitude. Essa agenda não é igual à de negociação entre o MERCOSUL e a União Européia. Os temas são muito parecidos, mas a profundidade, a pretensão e a ambição de negociação da ALCA são muito diferentes daquelas observadas com relação à União Européia. O Brasil se deu conta, junto com os sócios do MERCOSUL, de que essa agenda não poderia ser levada a efeito, porque não atenderia aos nossos interesses. Isso aconteceu pela recusa norte-americana em abrir o mercado agrícola, diminuir subsídios e procurar modificar sua legislação "antidumping". Naturalmente não haveria forma de nos contentar nessas nove áreas. Então, o passo natural seria ajustar as negociações para que pudessem ser equilibradas. Isso ocorreu, a partir de 2003, no atual Governo. Em parte, houve coincidência, mas não é só criação deste Governo. Obviamente a pressão interna foi grande, a mobilização da sociedade e dos empresários foi importante, deixando claro que a agenda não era do nosso conteúdo. O Brasil apressou-se, junto com os demais sócios do MERCOSUL, a propor nova agenda de negociação.

Essa nova agenda significava que, se não era possível resolver na ALCA esses nove problemas, escolheríamos quais poderíamos ser objeto de negociação, cujos resultados seriam equilibrados e benéficos para todos os países. Automaticamente, interpretou-se a mudança da agenda como uma parada: O Brasil procura pretexto para enterrar as negociações da ALCA. Essa foi a maneira como perceberam a nova agenda, no início. Ao longo de 2003, houve vezes nesse sentido acusando o Brasil e o MERCOSUL de não estarem dispostos a negociar. Ora, teria sido mais simples se, logo no início, o Governo Lula indicasse claramente que não queria negociar, que não era de interesse da Nação. O Governo não fez esse cálculo. Aliás, não foi feito na campanha eleitoral. Se pegarem o programa de governo do candidato Lula, verão a indicação da importância das negociações: não poderiam continuar como estão. Não se referia apenas à ALCA, mas às negociações em geral. No discurso de posse no Senado, no seu primeiro dia de Governo, com visão de estadista, indicou que as negociações são importantes, e que estabeleceria uma série de condições, sem as quais as negociações não nos interessarão. Uma das condições era a preocupação de o País estar em desenvolvimento. Não podemos negociar com outro país, sejam os Estados Unidos, seja Canadá, seja algum da União Européia, e posicionar-nos como país já desenvolvido, disposto a abrir mão de seus instrumentos de desenvolvimento. Essa não era a intenção do Governo. A segunda preocupação referia-se à eliminação dos subsídios. Não se pode promover livre comércio quando os países que se dizem partidários não fazem sua parte. Isso diz respeito principalmente aos subsídios agrícolas e às formas de apoio a outros setores. A terceira condição imposta pelo Presidente foi a eliminação das barreiras à exportação brasileira: tarifárias, não tarifárias e medidas "antidumping" e todo o arsenal de medidas protecionistas

que, de longa data, são utilizadas pelos países desenvolvidos. A lei americana "antidumping" data de 1916. Não houve quem convencesse os norte-americanos a modificarem esse tipo de legislação, a não ser eles mesmos, que a ajustaram para torná-la mais aplicável.

Hoje, 5% das ações iniciadas não chegam à aplicação de sobretaxa. Portanto há um automatismo. Basta postular que se precisa de medida "antidumping" e o Governo dos Estados Unidos utiliza os instrumentos legais, pois é um país transparente, com legislação aplicável. As medidas são quase sempre aplicadas. Não raro, países como o Brasil contratam advogados e gastam muito. O custo de contratação varia de acordo com o prazo de acompanhamento dessas ações antidumping, mas fica em torno de US\$250.000,00 a US\$1.000.000,00. Muitas vezes os advogados contratados são os próprios americanos. Lucram duas vezes: porque há sobretaxa e porque são contratados os seus nacionais. Mas por que não contratamos brasileiros? Isso está começando a acontecer. O problema é que somente tem acesso aos papéis, pela legislação americana, quem for inscrito na Ordem dos Advogados Americanos. Logo, dá para imaginar que uma empresa ansiosa para eliminar a sobretaxa obviamente irá para o caminho mais curto. Além disso, pagará os tais US\$250.000,00 a US\$1.000.000,00 para ver-se livre dela. Mas dificilmente conseguem isso, pois a legislação protege os setores internos.

Outra preocupação, não menos importante que a do Governo na negociação da ALCA e em outras mesas negociadoras, era com a criação de emprego e a melhoria do nível de renda; enfim, com o consumidor, seja ele individual, familiar ou empresarial, de forma que fosse beneficiado com a abertura comercial. Quer dizer, somente haveria sentido continuar a negociação e entrar nesse jogo, se houvesse benefício. Ninguém entra numa negociação dessas para perder. Não há negociação da qual não se possa sair. Há um custo que talvez seja infinitamente menor que o de hipotecar o País inteiro e o seu futuro numa negociação que não conduzisse a resultado equilibrado.

A dificuldade do Governo começou dentro do próprio País, para convencer de que havia necessidade de reestruturar a agenda. O calendário era muito apertado. Em fevereiro de 2003, já havia a necessidade de apresentar listas de concessões em todas as áreas, movimentação e pressão grande. Além disso, havia um calendário apertado durante o ano de 2003. Na verdade, o Governo brasileiro promoveu parada nessa dança. Tirou-se o disco da vitrola. É claro que ninguém gosta disso. Não diria que houve momento de confronto, mas ruptura com o calendário e o movimento que se vinha realizando. Isso, efetivamente, fez com que o Governo estabelecesse entendimento e procurasse explicar a razão dessa parada. No MERCOSUL, houve vozes, no início, na tentativa de entender se seria a melhor forma de participarmos desse jogo, para ver se ganhamos no final. O Brasil, dizendo: "Já assistimos a esse filme na rodada com o Uruguai, e não nos demos bem. Fomos até o fim, e o resultado não nos foi favorável. Não correremos esse risco novamente". Isso resultou num grande fortalecimento dentro do Brasil. Houve não somente vozes dissonantes, mas o consenso de que era necessário mudar a agenda da ALCA. Dentro do MERCOSUL, identicamente o Brasil passou a fazer instruções conjuntas com sócios, coisa inédita na diplomacia. Quatro países reuniam-se, e os telegramas em espanhol iam para as delegações, demonstrando total sintonia.

Há 34 países ao todo, todos os da América, menos Cuba. Essa exclusão não foi promovida pelo Brasil. Por exemplo, do lado do CARICON, em que há 14 países, os 30 países do continente estavam de total acordo com a proposta do MERCOSUL. Logo, numericamente, já era maioria. Digamos que não havia preocupação matemática. A necessidade de reestruturar a agenda era numericamente mais favorável e fazia parte da maioria. Obviamente, os EUA e cerca de 13 aliados resistiam a essa mudança e insistiam no que chamavam de ALCA ambiciosa, pois não queriam uma ALCA diminuída. Essa ambição tendia para o lado dos interesses desses países. Tínhamos, e ainda temos, interesse ambicioso, principalmente na OMC, quanto à eliminação desses subsídios e das barreiras à exportação. E ainda na promoção de desenvolvimento compatível com o destino da América Latina. Não podemos ignorar, por exemplo, que a Bolívia possui 80% da produção agrícola proveniente da agricultura familiar. No Brasil, 82% de todos os estabelecimentos agrícolas são de agricultura familiar. Não exportam, mas criam obviamente situação social no campo favorável à fixação de famílias. Evidentemente, não podemos colocar isso em risco. Então, era nosso interesse, por meio da negociação, salvaguardar não somente essas situações sociais importantes, mas também fomentá-las. Por que não transformar a nossa agricultura familiar em exportadora, nossas cooperativas de artesanato em cooperativas exportadoras, que possam ganhar o mundo, tirando da mão dos grandes o benefício da exportação? O Brasil acreditava no livre comércio que beneficiasse não apenas os grandes exportadores.

Em novembro do ano passado, chegou-se a um acordo, e a agenda foi modificada. Não podíamos discutir, profundamente, as nove áreas no hemisfério. Deixaríamos para a OMC os temas de natureza sistêmica, os quais seriam resolvidos pelos países membros dessa organização, e nos concentraríamos nas possibilidades das Américas. Por exemplo, ao retirar as barreiras sanitárias nas Américas, nossas exportações serão beneficiadas. Nossa carne "in natura" não entra nos EUA. Tem qualidade, não é contaminada pelo vírus da vaca louca, e somos vitoriosos no combate à febre aftosa. Por que não ter acesso ao mercado americano? Por que não colocar, na base da competição, a exportação de frutas? A exportação de mangas brasileiras depende da vinda de técnico americano, que confere o grau de combate às pragas. O consumidor americano fica privado de um produto de baixo custo, e o brasileiro, de exportar.

Portanto, se a discussão não avançasse em relação aos outros temas, mas progredíssemos na discussão sobre as medidas sanitárias, já seria um ganho. Esse é também o caso da redução tarifária na indústria têxtil, área em que somos competitivos. O Brasil temeu a abertura por muito tempo, mas modernizou-se; está disposto a competir no mercado internacional e teria muito a ganhar no hemisfério. No entanto, é preciso haver movimento recíproco. Além disso, somos competitivos na área de serviços e gostaríamos de exportar mão-de-obra, juntamente com nossas empresas. Mas essa movimentação de mão-de-obra, é barrada em alguns países. Por que permitem a entrada de capital, mas não de mão-de-obra?

Essa negociação de itens ainda está em andamento. Das nove áreas da ALCA, todas permanecerão, mas o grau de profundidade do acordo ainda não foi definido. Nenhum tema foi excluído da mesa de negociação. Haverá um capítulo sobre propriedade intelectual, mas a proposta do Brasil é a de que haja mecanismo de consulta. O Brasil é acusado de pirataria, mas há música brasileira sendo pirateada em Nova Iorque. Deve haver mecanismo de cooperação, pois nosso produtor de discos, programas e "softwares" também não pode ser prejudicado com a pirataria. Não somos os únicos que têm problemas com a observância das regras de combate à pirataria. O Brasil propôs que houvesse mecanismo de consulta, mas isso não é possível. Não podemos aceitar regra em que privemos nossas empresas da liberdade de desenvolver pesquisas, e não podemos beneficiar a proteção de apenas alguns interesses, como a produção digital. Quando o Brasil propôs discussão sobre conhecimento tradicional, foi rechaçado. Temos interesse em preservar a diversidade biológica, o conhecimento indígena, etc., mas esse não era o interesse deles. Então, ficamos em zero a zero. Miami possibilitou diminuir a profundidade em algumas áreas. Com relação aos subsídios, teremos de enfrentar a diminuição do interesse inicial, que era a eliminação dos subsídios, para uma composição, talvez, na OMC. Quanto aos serviços, acertou-se que seriam seguidas as regras da OMC, mas não se criariam regras novas. De novembro até hoje, estamos discutindo com os outros países o conjunto de direitos e obrigações que farão parte da ALCA. Dentro das nove áreas, veremos que regras estamos dispostos a aceitar, quais farão sentido.

Estados Unidos e Canadá não querem discutir o que chamamos de Apoio Interno à Agricultura. Trata-se de problema dos americanos, que não querem discutir isso na ALCA. Obviamente, foi uma grande decepção para o MERCOSUL. Não só o Brasil, mas também a Argentina, o Uruguai e o Paraguai contavam com isso. Em contrapartida, não haveria discussão profunda, por exemplo, quanto aos investimentos. Até agora, acertou-se - fato com o qual os Estados Unidos concordam - que somente trataremos de transparência em matéria de investimentos, e não de aspectos ligados à proteção do investimento antes que chegue ao País. Inicialmente, o projeto norte-americano da ALCA era muito influenciado ou inspirado no modelo NAFTA. O acordo firmado em 1994 com o Canadá e com o México serviu de exemplo para os Estados Unidos ampliarem, para as Américas, as regras. Acontece que essas regras refletiam ordenamento jurídico essencialmente norte-americano. Houve problema com uma cidade mexicana, que vetou o projeto de implantação de unidade de reciclagem de resíduo perigoso. Nada mais natural para uma cidade que escolher o investimento que deseja. Um investimento é sempre bem-vindo. Todavia, se trouxer risco, colocar em perigo o lençol freático, o suprimento de água, promover mais malefícios que benefícios, essa cidade tem o direito de dizer que não o aceita. A empresa acionou o Estado mexicano, querendo compensação. Ainda não havia se instalado, mas alegou que tinha gasto dinheiro com advogados, viagens, estudos de viabilidade, enfim, com a prospecção do investimento. Em tempos normais, qualquer pessoa sensata diria: e daí? Isso é problema seu. Se se lançar em iniciativa que pode não dar certo, correrá o risco do capitalismo. É normal.

O Brasil é um dos países mais abertos aos investimentos, mas é bom manter certo monitoramento. Pela regra, no NAFTA, o Estado mexicano é obrigado a compensar, a pagar indenização à empresa, ainda que não tenha se instalado. Essa situação não serve para o Brasil. Temos interesse em atender o investidor. O investimento, atualmente, constitui corrida acirrada. Temos interesse em abrigar investimento produtivo, não o especulativo. Queremos que venham, se instalem, empreguem mão-de-obra, aluguem, comprem, enfim, produzam aqui. Todavia, não podemos assumir esse tipo de compromisso, como o de ter de pagar a uma empresa, antes mesmo de se instalar. Isso seria inadmissível. O Brasil disse "não" a essa regra, para pensar em outras.

De novembro a fevereiro, houve um conjunto de consultas informais. Em fevereiro, aconteceu a primeira reunião, depois da realizada em Miami, com os 34 países. O Comitê de Negociações Comerciais - CNC - tinha a missão de preparar esse conjunto de obrigações a que muitos chamam de mínimas. Porém, não gosto do termo, pois, na verdade, eram as máximas possíveis. Ou seja, era o máximo que os 34 países poderiam assumir. Portanto, não era exercício minimalista, mas maximalista dos benefícios. As pessoas falam do mínimo denominador comum, mas isso não existe. O que preocupava o Brasil era garantir que houvesse equilíbrio: aceito discutir a propriedade intelectual, que deveria ter saído da mesa logo no início, contudo, em contrapartida, quero compromisso em relação ao acesso ao mercado, que se comprometam a zerar suas tarifas. Não estou mais com disposição para aceitar tarifas altas ou imposição de medidas "antidumping" ou coisas desse gênero. A reunião de fevereiro foi suspensa sem acordo. Ao fim de cinco dias, não foi possível definir um texto com o qual os 34 concordassem. Já em fevereiro, havia a preocupação sobre o porquê da resistência. Não era possível esforço adicional? Já ficou, desde fevereiro, o sentimento de que, do lado dos Estados Unidos, haveria certa dúvida sobre o compromisso anterior, de Miami, nunca manifestado de maneira muito clara.

Depois dessa reunião, houve duas sessões de consultas informais em Buenos Aires, promovidas entre alguns dos países que representam os grupos. Um representante andino, um do CARICON, Canadá, Estados Unidos, NAFTA, Chile e o MERCOSUL inteiro. Tampouco foi possível chegar a acordo. Depois disso, houve três momentos com as presenças dos dois co-Presidentes. Brasil e Estados Unidos co-presidentem essas negociações. Ou seja, há um representante brasileiro e um americano na presidência dos trabalhos para assegurar andamento adequado. Também não foi possível um acordo. A última reunião aconteceu em Washington, no dia 21 de maio. Novamente houve certa resistência norte-americana não só a alguns pontos, mas a pontos já decididos em fevereiro, que tiveram de ser reabertos. Não digo isso para assustar ou para dizer que não é possível, mas temos o sinal de que algo está no ar. Alguns dizem que é em razão do calendário eleitoral, outros, que é em virtude da autorização negociadora que têm, muito difícil.

O MERCOSUL posicionou-se de forma bem clara: tenho interesses específicos, e há pressão política muito grande por parte dos países, e o Brasil é exemplo disso. Não posso ir além de certa linha, mesmo porque tenho outras formas de promover o comércio na América, como a ALAD e os acordos bilaterais. A ALCA não é meu único caminho. As negociações já estavam em andamento. Tenho interesses, e a idéia continua sendo esta: o Brasil encara esse exercício como uma possibilidade, não como algo inelutável. Pode não resultar em nada, não ter continuidade, o que não será drama tão grande para o Brasil. Há até setores que irão regozijar-se com isso. Por outro lado, há interesse muito grande por parte do Governo em fomentar a expansão de nossas exportações, também na ALCA. Acreditamos, ainda, que, depois dessa inflexão que promovemos, após a mudança das agendas, quando forem acordadas, é possível chegar a resultados na ALCA.

Gostaria de projetar as possibilidades da ALCA. No processo negociador, é difícil dizer o que pode acontecer. Hoje, 3 de junho, estava prevista reunião em Buenos Aires. Na segunda-feira, recebemos carta do representante de comércio norte-americano com reiteração dos problemas americanos. Foi mandada, ontem, resposta pelo Ministro Amorim, dizendo: "tomamos notas de suas preocupações, temos as nossas, vamos ver como poderemos avançar nisso". Estou sendo transparente com os senhores, que merecem confiança. Todos os detalhes ainda não estão na imprensa. É regra entre os Estados. Primeiro é feita consulta para ver se a carta é divulgada em separado ou ao mesmo tempo. Estou apresentando um panorama bem atual dessa resposta brasileira, dada ontem. O processo não é tão relevante quanto a discussão sobre o que ainda podemos fazer no ambiente da ALCA, ou fora dele. Mesmo que tenha compromissos menos profundos em algumas áreas, o que sobreviver será de muita importância.

Não mencionei a chamada facilitação do comércio, muito importante. Hoje a burocracia interna de exportação nem se compara ao que existe para entrada dos produtos e a prestação de serviços em outros países. Houve reunião em Toronto, onde se acertou um conjunto de medidas para facilitar o comércio: padronização de papéis, facilitação da tramitação dos mecanismos, por exemplo, que os americanos têm, do bioterrorismo. Enfim, várias medidas poderiam deixar o comércio mais fácil, menos burocratizado. Essa também é outra área muito útil. É melhor fazer com todos na mesa do que com cada um bilateralmente, pois seria menos complicado se fizéssemos na ALCA. Outra área importante é a de solução de controvérsias. Uma das áreas que o Brasil reputa das mais importantes é o programa de cooperação hemisférica. Toda integração inevitavelmente leva a deslocamento, principalmente de mão-de-obra não qualificada, que fica sem emprego. A integração beneficia mais a mão-de-obra qualificada. É movimento natural e talvez desejável, mas é preciso haver mecanismo para que essa mão-de-obra deslocada seja treinada e empregada novamente e tenha assistência digna para não ocorrer problema social maior.

O programa de cooperação hemisférica para o Brasil é um dos resultados mais importantes que poderíamos ter no ambiente da ALCA. É preciso criar um fundo para o treinamento de mão-de-obra e mecanismos que possam combater, por exemplo, os efeitos da poluição oriunda da maior produção industrial. Não podemos correr o risco de seguir o México, não quero malhá-lo, que sofreu muito com o NAFTA. Não se pode esquecer de que os índices de poluição naquele país são alarmantes. Isso tudo é visto pelo Governo como experiência que não queremos reproduzir. O deslocamento, por exemplo, dos produtores de milho no México é outra experiência que não queremos para o Brasil. Com relação ao milho, um produto milenar que além da alimentação tem um significado cultural quase religioso no México, hoje os mexicanos o importam dos Estados Unidos. São subsidiados, o que torna mais fácil produzir a famosa "tortilla" mexicana com milho americano do que com o verdadeiro milho mexicano.

São exemplos episódicos que dou apenas para que vocês saibam que estamos presentes nessa negociação, continuaremos e estamos convencidos de que por menor que seja o compromisso de algumas áreas ainda há possibilidade de promoção de áreas de nosso interesse, tanto da parte industrial quanto da parte agrícola e de prestação de serviços, mas sem perder de vista que o que interessa, no fundo, é a promoção de mais emprego, maior renda e melhores condições de vida para a população. Se isso não for o objetivo principal e não for conseguido, não interessa a negociação. Então, partiríamos para outras vias. Que outras vias existem? O Itamarati, com a cooperação de outros ministérios, tem coordenado a ampliação das frentes de negociação. Nas Américas, fizemos um acordo com o Peru, com a comunidade andina e estamos aprofundando um acordo com o Chile, país associado do MERCOSUL, para chegar também à liberalização do comércio com esse país.

Com o México é o mesmo exercício, como já foi proposto. Tivemos a visita do Chanceler Ernesto Derbez, quando foi acertado que o MERCOSUL também caminhará para o livre comércio com o México. Nada impede que façamos o mesmo bilateralmente, com o Canadá e com os Estados Unidos. Falo isso para que se entenda que fora da ALCA há outras possibilidades. O Brasil não abandonará o exercício de procurar expandir as exportações. A ALCA não é a única via nem foi iniciativa que procuramos. Existe, pode ser útil, mas não é a única via.

Fora do ambiente hemisférico, há negociação com a União Européia, com a União Aduaneira da África do Sul e com a Índia. Isso cria uma dinâmica que influencia a negociação da ALCA. No momento em que tivermos um acordo com os europeus, o interesse dos norte-americanos em não perder suas preferências no mercado do MERCOSUL será um pouco maior. Então, sim, existe vida depois da ALCA; sim, estamos interessados em continuar as negociações, mas não a um custo que hipoteque o nosso País e as nossas políticas de desenvolvimento. Muito obrigado.

Cumprimento o Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Adelmo Carneiro Leão; a Dra. Martha Lassance, Presidente do Conselho de Relações Internacionais da FIEMG - representando o Presidente, Robson Braga de Andrade -, e o colega Jorge Oliveira, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Parabenizo o Conselheiro Tovar da Silva Nunes, pela aula magna sobre as negociações, envolvendo toda a temática, a agenda de trabalho, tendências e posição do atual Governo. É uma honra estar aqui, representando o Governador Aécio Neves e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A abertura econômica, fundamental para todas as nações, não pode ser feita a qualquer preço. Em Minas Gerais, 20% do PIB, que é de R\$50.000.000.000,00, está no corrente de comércio, sendo R\$7.000.000.000,00 de exportação e R\$13.000.000.000,00 de importação. É evidente que desejamos outros mercados, e para isso é necessário diversificar a pauta de exportações, com produtos dinâmicos e de maior valor agregado. No Estado, dez empresas representam 85% de nossas exportações, e dez produtos representam quase 70%. É preciso acabar com essa concentração.

A integração, numa área de livre comércio como a ALCA, é uma oportunidade que deve ser mensurada. Muitas vezes prevalece a doutrina de que a abertura deve ser feita a qualquer preço, e essa nem sempre é a melhor direção. Alguns países, como a Índia e a China, são paradigmas de desenvolvimento na área de comércio exterior, sendo muito cuidadosos na abertura de mercado. Esse é um verdadeiro capital, chamado invisível, do qual não se pode abrir mão sem uma análise cuidadosa.

De certa forma, a posição atual do Governo brasileiro na ALCA concilia os interesses da indústria, do comércio e dos serviços. A indústria, evidentemente, gostaria que a ALCA desse passos mais largos; a agricultura exige que o avanço seja correspondido, com abertura para nossos produtos, pois é onde ocorrem as maiores penalidades, como tarifas, cotas e barreiras não tarifárias. É preciso abrir a economia. A China tem 70% do PIB em sua corrente de comércio, e a Coreia, 75%. O Brasil, há quatro anos, tinha 15%, e está quase em 25%. Tudo isso é importante para a geração de empregos. Entretanto, não se pode avaliar a competitividade de um País apenas sob a ótica privada. Ao lado da abertura, é preciso caminhar na política industrial, avaliando os setores que devem ser priorizados, levando-se em conta o custo social dos fatores.

Muitas vezes, pode-se ter um produto que não seja competitivo sob a ótica privada, mas, a partir do momento em que se tem política industrial que dê apoio a esse segmento, a indústria nascente poderá utilizar recursos abundantes, como a mão-de-obra. Não falo da mão-de-obra desqualificada. Hoje o Brasil, nas áreas metropolitanas, possui mão-de-obra bastante qualificada. Em qualquer lugar, encontramos "expertises" das mais variadas. Na margem, o custo da mão-de-obra agregada ao nosso produto exportável tem custo zero. No entanto, sob a ótica privada, evidentemente haverá desembolso.

Sob o ponto de vista do preço social, os nossos produtos têm de ter incentivo para a exportação, mas, às vezes, é necessário também proteger a produção. Isso pode ser feito por meio de uma política industrial de incentivo aos setores que geram mão-de-obra e renda, de forma que possamos ter pauta de exportação diversificada e, ao mesmo tempo, olhar com cuidado os setores sensíveis da economia brasileira. Não se trata de abertura a qualquer preço. Essa é a idéia. Sob o ponto de vista social, podemos incentivar segmentos que tenham custo maior sob a ótica da iniciativa privada. No entanto, sob o ponto de vista social, deve-se ter na margem o preço "sombra", ou seja, ser zero o preço de oportunidade para a sociedade. É muito melhor produzir algo que custe 20% mais caro no exterior com certa proteção, porque se estará gerando emprego, renda, massa de salário e evitando gastos sociais provocados pelo desemprego. A política social combinada com a política de abertura externa cuidadosa é salutar para fortalecer o crescimento da produtividade e do parque industrial brasileiro, sem deixar de atrair os investimentos que financiarão um crescimento sustentável.

Em relação a Minas Gerais, o Conselho Estadual de Comércio Exterior está promovendo diversos programas para também acompanhar a onda de globalização, que não é característica do nosso País. Certamente a cultura exportadora leva as empresas a se conscientizarem de que, ao irem para o exterior, diminuirão sua carga tributária; aumentarão o seu mercado, por não ficarem dependendo apenas do mercado interno; aumentarão a escala de produção da sua empresa; desenvolverão seus produtos, por ser o mercado externo mais exigente, o que traduzirá em melhorias para o produto e a produtividade. Lembro-me de uma empresa que, após alguns meses, descobriu que teria de fazer 113 modificações em seu produto para atender o mercado externo. Isso levou a que essa empresa, antes local, se tornasse um "player" global, exportando hoje para cerca de 70 países, como o Canadá, os Estados Unidos e a Índia. O comércio exterior é muito benéfico à economia brasileira.

Para concluir nossa pequena intervenção, é sempre bem-vinda toda discussão sobre sistema relevante, como a abertura econômica e, especialmente, este trabalho da Assembléia, que, nesta primeira reunião, está promovendo o acompanhamento das negociações da ALCA, as quais certamente afetarão a vida de cada um de nós. Esse tema é muito importante. Acredito que essa parada foi não apenas um momento de reflexão, mas de retomada estratégica, para tirarmos o maior proveito possível de uma integração continental, inclusive para adquirirmos experiências na área de serviços, pois na ALCA não há apenas produtos.

Como bem mencionado pelo Conselheiro, é importante aprender a abordar outros temas, como transferência de tecnologia, reconhecimento de patentes e obediência às regras dos direitos autorais. Entretanto o Brasil não tem tradição de avançar além da sua pauta de comércio de produtos, que é o grande enigma. Precisamos de negociadores. Em Minas Gerais, a engenharia civil pesada tem tradição internacional. A área de "software" de engenharia de serviços, em geral, tem avançado. Podemos conquistar grandes mercados fora da área de produtos da nossa pauta de comércio exterior. Obrigada.

Palavras da Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance

Deputado Adelmo Carneiro Leão; Conselheiro Tovar Nunes, parceiro nas discussões, que tem a importante missão de fazer a negociação e em quem a indústria confia; Gilmar Alanis, Jorge Oliveira, registro a preocupação da indústria com a negociação da região da ALCA, para onde vão praticamente 80% das exportações brasileiras industriais. No caso de Minas Gerais, o patamar é um pouco mais baixo, 68%, 70%. Preocupamo-nos com essa área extremamente importante, pois, se a negociação não tiver bom andamento, poderá haver substituição, desvio de comércio.

Outras alternativas são importantes, mas o investimento nesse mercado é fundamental. O comércio com os Estados Unidos, nosso maior parceiro, representa mais de 25%, mas o Brasil não representa 1% para aquele país. Isso significa que os Estados Unidos não dependem do Brasil, mas o Brasil tem dificuldades de sobreviver sem os Estados Unidos. A discussão desses nove temas é complexa. Tanto entendemos dessa forma, que estamos participando dessa negociação desde o início. Com o apoio da indústria para essa liderança, colocamos Belo Horizonte nos fóruns internacionais e ressaltamos sua disponibilidade para receber tal reunião. O setor empresarial liderou essa idéia para conscientizar e trazer toda a sociedade para a discussão.

Estamos todos no mesmo barco. A nossa preocupação é expressiva por causa da importância desse comércio para nós. Entendemos que outras opções comerciais poderão não suprir isso, assim como outros mercados poderão entrar com diferenciais competitivos dentro dos Estados Unidos, fazendo-nos perder espaço, como já ocorreu em outras negociações internacionais. Na verdade, o acordo proporciona a quem o detém uma ativação dessa relação comercial quatro ou cinco vezes maior; portanto outros países que o fizerem terão vantagens e prioridade sobre nós. Este é o nosso pano de fundo: o setor industrial deve gerar produtos de maior valor agregado e para a sociedade, na medida em que gera empregos, riqueza, etc. Mas também entendemos que existem outras questões, como a da agricultura e as de Estado. A indústria continuará subsidiando as negociações e dando as informações, da mesma forma, porém, é importante realçar nossas preocupações. Talvez a agricultura tenha a palavra consensual mais forte, pois suas barreiras são maiores em termos de subsídios, e essa é negociação extremamente importante

na União Européia, onde o subsídio agrícola virá por meio de escada que subiremos degrau a degrau, ou seja, não chegaremos de elevador, iremos devagar.

Com relação à ousadia e àquilo em que acreditávamos, reduzimos nossas perspectivas. Meu medo é que essa redução de horizontes na negociação com a ALCA não nos proporcione maiores comércios, além de nos retirar de algumas áreas de comércio de produtos industrializados, especialmente com os americanos. Apenas a facilitação de comércio e alguns procedimentos é pouco para nossa necessidade. Sei que há consenso no Ministério das Relações Exteriores sobre o assunto, mas é importante fazermos registro de todas as preocupações. Minha proposta é que, em Minas, dentro da Federação, paremos de discutir os aspectos teóricos e de composição negocial, pois há novo direcionamento, e comecemos a subsidiar todos os setores, procurando conhecer os problemas. Obrigada.

#### Considerações Finais

O Sr. Presidente - Sr. Tovar, trago preocupações e solicito ajuda na continuação desta aula, que nos fortalece e esclarece muito sobre a ALCA. Recentemente, lemos artigo do Dr. Ricupero, mostrando que nem sempre esses acordos internacionais garantem a continuação dos negócios entre os países. Exemplificou que as relações negociais entre o México e os Estados Unidos não estão tão favoráveis. Quando analisa o crescimento da América Latina de modo mais global, identifica que o México está entre os países que menos cresceram em exportações. Talvez seja sinal de que não devamos apressar-nos na expectativa de que eventualmente a ALCA possa representar caminho aberto e permanente para todas as negociações que poderíamos realizar, principalmente com o grande país da América do Norte. Gostaria que nos ajudasse a pensar se este é o momento mais apropriado para aprofundarmos o debate ou se o recesso seria necessário, considerando-se as eleições norte-americanas. Esse momento eleitoral poderia talvez tornar os negociadores americanos ainda mais duros para atenderem aos interesses internos dos Estados Unidos.

Quanto à possibilidade de abertura de mercados, principalmente neste momento em que estão ocorrendo grandes viagens e importantes negócios com o Oriente, principalmente com a China, referindo-me à viagem do Lula, a ALCA nos proporcionaria situação mais confortável, para darmos prosseguimento às negociações com os Estados Unidos?

Finalmente, sobre os nossos próprios interesses internos brasileiros, há negócios importantes realizados entre os empresários brasileiros e os Estados Unidos, principalmente. Relativamente à ALCA, como esses negócios interfeririam? Seriam facilitadores e resultariam em apoio e estímulo aos processos de negociação da ALCA, ou seriam pressões que, eventualmente, poderiam levar-nos a situação de fragilidade? As questões estariam sendo conduzidas para termos de negociar e termos produtos para ofertar aos americanos? No sentido inverso, teríamos interesse em adquirir produtos norte-americanos? De acordo com a lógica do pensamento da ALCA, ou seja, da facilitação desse processo de negociação, esses interesses estariam aliados a ação governamental, para preservar, sustentar, defender e promover a soberania nacional, ou estariam sobrepondo-se a esses interesses, para garantirem mais os interesses negociais? Oderige pergunta qual seria a posição do Brasil em relação à não-inclusão ou à inclusão de Cuba na ALCA.

O Conselheiro Tovar da Silva Nunes - Se a ALCA não nos levar a lugar nenhum, em termos comerciais, já gerou o que é chamado pelos teóricos de externalidade positiva, pois promoveu, no Brasil, um grau de discussão não observado em relação a nenhum tema sobre política externa. O que ocorre pode ser talvez comparado ao que existiu no passado no que se refere às fronteiras, na época do Barão do Rio Branco; porém, nessa ocasião, poucas pessoas liam os jornais, e a discussão de política externa era ainda mais elitizada. O efeito principal da ALCA foi, sem dúvida, esse despertar para a discussão. Como foi muito bem lembrado pela Dra. Martha, a mobilização do empresariado também foi experiência única. A ALCA fez com que os empresários brasileiros se reunissem. Graças a isso, a primeira reunião ocorreu no Brasil e permitiu que esse núcleo da coalizão empresarial, instrumento importantíssimo para o negociador brasileiro, pudesse ser formado. O fato de a Assembléia Legislativa mineira ter tido a iniciativa de discutir o tema de maneira ampla foi um grande alento para nós, do Governo, especialmente do Itamaraty. Isso demonstra a preocupação de alguns setores específicos da sociedade, ou seja, os que serão diretamente afetados com o ganho ou com a perda de emprego e de negócios. É natural que sindicatos e empresários se mobilizem, o que nem sempre ocorreu. Mas o fato de parlamentares também se preocuparem constitui outro alento.

Felicito esta Casa, mais uma vez, pela iniciativa de acompanhar as negociações da ALCA. Talvez devesse acompanhar também outras negociações, porque são cruzadas. Por exemplo, no momento em que tivermos um arranjo na OMC, as negociações em Genebra, da Rodada de Doha, serão até mais abrangentes que a própria negociação da ALCA.

Quanto à necessidade de mobilização interna, é natural que ocorra após a parte externa ter aberto oportunidades de expansão ao comércio. Nada disso terá valor se não houver uma mobilização no Brasil. Já existe projeto de política industrial sendo implantado por este Governo, mas é preciso ir além. O meu sonho, como negociador, é sentar-me à mesa e verificar que posso eliminar determinada barreira e criar empregos. Preciso de um indicador. O Governo se tem empenhado, e há abertura de mercado, mas, no primeiro momento, não se sabe que benefício está sendo criado, se há geração de emprego, facilitação da vida dos empresários que buscam a mecanização e a da vida no campo. Há dificuldades na prestação de serviços urbanos e melhoria na vida do consumidor? Esses parâmetros também são necessários, assim como o arranjo interno da parte de distribuição - dos ganhos do comércio -, e do fomento. Admiro o empresário brasileiro que, apesar da carga tributária, ainda tem capacidade de organizar-se e gerar excedente para a exportação. Isso é espantoso, porque envolve criatividade, empenho e sobretudo perseverança. Estive dois anos no Ministério da Indústria e do Comércio e presenciei a situação. Acompanhei o esforço do empresariado, mesmo durante visita à FIEMG.

É evidente que o que for aberto no exterior, se não houver contrapartida, não terá validade. Se não formos competitivos, com visão de distribuição dos ganhos, não adiantará o esforço que fazemos na mesa negociadora. Portanto questões como política industrial, reforma tributária, criação de emprego e indicadores dos ganhos do comércio para efeitos de diminuição de pobreza e redução da fome são essenciais numa discussão comercial. Não é possível que negociemos pensando apenas na balança comercial. Seria muito bom se houvesse geração de excedente, mas quem seria beneficiado? Esses aspectos devem sempre ser levados em consideração. Precisamos da ajuda de vocês, como parlamentares, para movimentar essa discussão, senão cairemos na reprodução daquele esquema mercantilista: quero exportar cada vez mais, quero segurar as importações e acabo sucateando minha indústria, tendo ganhos mais específicos e levando o empresariado a ter uma preocupação muito cartorial e provincial. Não é esse o espírito do empresariado brasileiro, que tem uma participação e uma responsabilidade social muito grandes.

Anotei seu recado, Martha, sei que o empresariado deseja que as negociações da ALCA sejam o mais amplas possível para que possam beneficiar a indústria brasileira. Concordo que não é saudável uma concentração em agricultura ou em indústria. É preciso que vejamos os interesses. Efetivamente, nossas exportações já são majoritariamente de manufaturas para os outros 33 países da ALCA. Talvez devêssemos ampliar essa participação da indústria, sem perder os ganhos com a agricultura. Portanto, também estamos trabalhando para que a negociação possa beneficiar o setor privado em geral, mas é preciso entender que não depende só de nós. Temos feito todo o esforço, temos procurado insistir e ser criativos. No fundo, salvamos a ALCA de um desastre que era anunciado no ano passado. O texto que está disponível no "site" da ALCA contém muito mais do que os já indicados 7 mil colchetes. Numa negociação comercial, quando um tema ainda não está definido, é colocado entre colchetes. Ao olhar-se essa minuta do acordo final da ALCA, facilmente vê-se que possui muito mais do que 7 mil colchetes. Portanto, nossa visão sempre foi esta: ao reestruturarmos a ALCA, no fundo oxigenamos o acordo, que caminhava para um precipício. Ninguém dizia isso. Os negociadores diziam: "a ALCA, desse jeito, vai dar; no final dá certo". Um negociador disse que no final tudo dará certo; se não deu, é porque ainda não está no final. Estamos trabalhando para que esse final seja do nosso interesse. Não queremos deparar com um fato consumado, que não pode mais ser modificado.

Essa preocupação da indústria é também do Governo. Ninguém mais do que o Itamarati conhece os anseios de ampliação da indústria e a preocupação de desvio do comércio. Essa preocupação existe; não pode ser superdimensionada. Muita gente cita o exemplo do suco de laranja. Em 1992, 90% das importações de suco de laranja concentrado dos Estados Unidos eram de origem brasileira. Sem que houvesse nenhum acordo dos Estados Unidos com os parceiros, antes do NAFTA, nossas exportações já eram prejudicadas por tarifas altas, mas, como o Brasil era muito competitivo, mesmo com as tarifas, conseguia exportar. Quando foi dada preferência ao México, em 2001, aquele país saltou de 2% de participação nas importações dos Estados Unidos para 20%. O mesmo aconteceu com a Costa Rica, um produtor inexpressivo de suco de laranja, mas que saltou de 1,2% para 22% de participação. O Brasil caiu de 90% para 40%. Então, efetivamente, nosso comércio e nossas exportações podem ser prejudicadas por preferências. Isso é matemático. Se tenho que pagar 50% de tarifa e o concorrente zero, por mais que sejamos competitivos, fica difícil. Portanto, temos essa preocupação e é por isso que estamos tentando abrir as frentes mencionadas pelo Deputado. Essas frentes de negociação também têm esse propósito. É uma estratégia política de ganhar mais alavanca na mesa negociadora. O fato de negociarmos com a União Européia, Deputado, e aí respondo à sua pergunta, nos dá mais força para a negociação com a ALCA, mas também tem o propósito de dar vazão ao anseio da indústria e da agricultura, que é o de exportar mais. É óbvio que não posso comparar. O que exporto para o Peru não vai contrabalançar o que posso perder de exportação para os Estados Unidos. Não preciso ser especialista em comércio exterior para saber que o mercado peruano não tem condições de ser comparado com o americano. Por outro lado, no momento em que houve a desaceleração econômica da Argentina, o México absorveu nosso excedente da exportação, e, graças ao acordo assinado com esse país em 2002, pudemos manter algum grau, já que o Brasil começou a gerar excedente em agosto de 2001.

Abordo outro fato importante, além do mencionado pela Dra. Martha. Há investimentos brasileiros em outros países, e destes no Brasil, o que significa que há interesses cruzados. A negociação comercial é ficção, pois os interesses comerciais dos países dificilmente poderão ser separados por plaquinhas. Raramente vocês verão as cores verde e amarela no mercado brasileiro de telecomunicações. Já que nos tornamos interdependentes, temos interesses. Do processamento de laranjas na Flórida, 62% ficam nas mãos de empresas brasileiras ou estrangeiras instaladas no Brasil. Apesar de evitarem-se barreiras, não é a política ideal, pois preferiríamos que esse investimento fosse feito no Brasil. Pelo fato de a Gerdau e a CSN terem comprado uma siderúrgica nos Estados Unidos, evitando salvaguarda ou medidas "antidumping", conseguiram entrar no mercado americano, embora essa seja uma política industrial às avessas. Não sei se isso é ruim, mas as nossas empresas se internacionalizaram.

É difícil identificar os interesses, pois não há carteira de identidade, e sim múltiplos interesses cruzados, não raramente com os europeus e japoneses. A interdependência faz com que não saibamos a quem estamos agradando. Para a indústria automotiva, a interdependência é importante, pois, ao contrário da siderúrgica, ela é muito globalizada. Portanto não há problemas com os direitos "antidumping". Evidentemente há interesses das matrizes pelas plataformas de montagem, e o Brasil recebeu muito bem essas montadoras, que quase independentem do Governo. Não é interesse do Governo prejudicá-las, mesmo que decreta aumento na tarifa para autopeças. Ao contrário, ele quer levar em consideração a interdependência dos interesses para alcançar melhores resultados na mesa de negociações. Não sei se é verdade a história dos europeus. Como produzem carros mais sofisticados, em cinco anos não teriam condições de produzir todos os componentes no Brasil. Portanto, gostariam de ter uma porta aberta para importar autopeças e componentes até que se possa gerá-las no Brasil. Cabe ao Governo analisar essa solicitação. Esse tipo de pressão existe na ALCA.

Há a impressão de que essas situações de interdependência, no fundo, fomentam a integração e ajudam a criar um ambiente favorável para os dois lados, não só para o Brasil. Há, por exemplo, investimentos grandes no Equador por parte de empresa de serviços de engenharia. Temos grandes investimentos no MERCOSUL, principalmente na Argentina. O Brasil tem interesse em que haja facilitação e ampliação do comércio e eliminação das barreiras.

Mencionou também o México, referindo-se ao Embaixador, que prezo muito, Rubens Ricúpero, nosso Secretário-Geral da UNCTAD, que está promovendo reunião dessa entidade em São Paulo este mês. Ele tem batalhado muito pelo comércio de países em desenvolvimento e tem percepção muito clara de que as negociações comerciais não resolvem todos os problemas, nem mesmo as da OMC. Muitos dizem, facilmente, que o ambiente multilateral é o melhor para nós. Efetivamente é melhor do que o bilateral, pelas condições aqui indicadas, pela Sra. Martha, de desvio de comércio. É preciso, no entanto, também ter a consciência de que, mesmo no ambiente multilateral, é necessária muita atuação. É o que o Brasil está fazendo com os outros países em desenvolvimento, no G-20, para estabelecer um certo equilíbrio. Se vocês pensarem bem, a OMC foi criada em 1947, juntamente com o GATE, num momento em que os países em desenvolvimento praticamente não existiam. Houve uma onda de surgimento de países em desenvolvimento depois de Bandung, no final dos anos 50 e 60. Portanto, começaram como um arranjo anglo-saxão de interesses de países ricos.

Então, é preciso saber como nos inserimos nesse acordo. Quem serão os beneficiados no multilateralismo. É preciso que sejamos parte dele e não somente ficarmos pedindo tratamento diferenciado. Só deixar que eles façam as regras não resolve. Primeiro, é preciso levar em consideração que temos interesses multinacionais aqui e, segundo, que somos competitivos, sim, e queremos participar desse jogo comercial. Não queremos só ficar sofrendo as consequências de regras estabelecidas entre países da OCDA.

A eleição norte-americana é um dado da equação. Não podemos, no entanto, pautar as negociações da ALCA pelas eleições norte-americanas, assim como eles não vão se pautar pela nossa. Não se pautaram pela eleição equatoriana nem pela argentina. É preciso ter uma consciência clara de que os americanos são soberanos. Têm lá os seus mecanismos de negociação e o seu calendário eleitoral. É preciso que venham para a mesa com um mandato e um projeto claros. Nesses termos, devemos tratá-los de igual para igual. Temos um projeto e eles também. Temos interesse no mercado deles, assim como têm no nosso. Obviamente, como bem dito aqui, o Brasil tem muito mais interesse no mercado deles, assim como têm no nosso. Obviamente, como bem dito aqui, o Brasil tem muito mais interesse no mercado deles do que eles têm no nosso. O mercado brasileiro não é desprezível. O fato de ser 1%, menos ou mais, não significa que não seja importante. Primeiro, porque já há investimentos aqui. Segundo, porque a possibilidade de expansão em outros mercados está esgotada. De maneira que expandir com os acordos feitos com a Jordânia, com a Centro América é uma limitação. Será necessária uma expansão dos interesses americanos para o Cone Sul, sim. Isso é um dado relevante. Não diria que nosso mercado é irresistível, mas é muito importante. Esse fator, certamente, será levado em consideração. Portanto, as eleições geram grau de incerteza por parte do executivo norte-americano, mas isso é problema interno deles e não devemos nos pautar por isso. Acompanhamos com interesse, mas aceitamos a posição do Estado norte-americano e não das vicissitudes eleitorais ou de outra natureza.

Cuba. Esse país, efetivamente, não está nas negociações da ALCA e não participa da negociação. Em parte, porque foi a OEA quem propiciou a Cúpula das Américas e essa iniciativa se dá sob a coordenação dela. Todos sabem que Cuba é objeto de alijamento desse sistema americano. Acredito que uma verdadeira integração americana não pode prescindir de interação com Cuba. É por isso que o Brasil tem procurado, bilateralmente, sanar a exclusão arbitrária desse país, buscando introduzir certa racionalidade na discussão e tirando o elemento ideológico. Culturalmente, é um dos países mais próximos do Brasil. Quem quer que tenha ido a Cuba sabe disso e que estão muito mais próximos de nós do que qualquer outro país das Américas. Portanto, cultural, comercial, racional e politicamente o Brasil tem procurado prestigiar Cuba e o fará cada vez mais, principalmente pela via comercial.

Há conversas adiantadas - iniciadas em outro Governo, mas intensificadas neste - para a transferência de tecnologia na produção de álcool, aproveitando-se a experiência cubana. Esse é apenas um exemplo. Há outras possibilidades. Cuba vê no Brasil uma boa fonte de prestação de serviços. Acredito que há boa interação no turismo. Portanto, se Cuba não está na ALCA, não deixa de estar na agenda do Brasil, pois figura com a prioridade que merece, por ser um país amigo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço a presença, Jorge Oliveira, Gilmar Alanis, Martha Regina, sempre presentes nas boas discussões sobre comércio internacional. Agradeço, em nome do Presidente desta Casa e de todos os parlamentares, ao Dr. Tovar, a brilhante aula. Saímos mais enriquecidos em relação à ALCA: seu significado, sua importância e situação em que se encontra.

Não tenho dúvida de que o Estado, por meio dos empresários, dos Deputados, das Deputadas e da sociedade, acompanhará e dará o respaldo necessário às negociações governamentais que acontecem nesse nível e noutros fóruns para elevar o Brasil no conceito de todas as Nações. Que essas negociações resultem em relações saudáveis e fraternas e, segundo o Ministro Luiz Furlan, relações com as quais todos possam ganhar. Isso será possível quando reduzirmos as barreiras burocráticas e alfandegárias e criarmos mecanismos que facilitem os processos de negociação. Como resultado, daremos melhores condições de vida a todos. Por meio da Frente Parlamentar de Acompanhamento da ALCA, continuaremos acompanhando, discutindo e debatendo a construção de um Brasil melhor. No que for necessário, participaremos para fortalecer essa construção.

Sentimo-nos honrados com a presença do Dr. Tovar e com a forma com que o Governo brasileiro conduz, de maneira transparente e com acompanhamento de todos, essas negociações. Há a participação de todos, principalmente dos mais interessados. Sempre vemos os produtores, os geradores da riqueza do Brasil, participando desse processo. Estamos muito felizes pela maneira com que a questão está sendo tratada, com seriedade e dentro da lógica da construção de um país mais justo e soberano. Agradeço também aos Deputados, que sempre participam dessa importante discussão para o fortalecimento do nosso País.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 28/5/2004

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Lúcia Pacífico e Vanessa Lucas e o Deputado Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Carvalho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, com diversos convidados, a implantação do Serviço 191 nas rodovias do Estado de Minas Gerais. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados. Registra-se a presença do Deputado Federal Virgílio Guimarães, Coordenador da Bancada Mineira na Câmara dos Deputados; dos Srs. Marcelo Andrade Pimenta, Assessor do Presidente da ANATEL; Amílton Amâncio Pinto da Silva, Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, acompanhado dos Srs. William Ivirton Marzano e Alan Medeiros da Silva, policiais rodoviários federais; Álvaro Campos de Carvalho, Supervisor de Operações Rodoviárias da 6ª UNIT-DNIT; da Sra. Maria Tereza Álvares, Assessora Jurídica da Telemar-MG; dos Srs. Geraldo Carvalho, Gerente de Segmento do Governo da Telemar-MG; Carlindo Wayrer Brito, Gerente de Manutenção da Telemar-MG; e Ricardo Augusto Amorim César, Assessor Jurídico e responsável pelo Setor de Relações Institucionais do PROCON Estadual. A Presidência concede a palavra ao Deputado Roberto Carvalho, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho, Vanessa Lucas e Lúcia Pacífico solicitando encaminhar ofício a todos os órgãos identificados na norma da ANATEL, indagando se têm interesse em utilizar o código de três dígitos e quais são os projetos de instalação do referido serviço, incluindo o cronograma de implantação; e solicitando seja pedido ao Ministério da Justiça providências para serem nomeados 150 policiais rodoviários federais, por etapa, para o Estado de Minas Gerais, número esse proporcional à malha rodoviária mineira, em virtude do concurso que está sendo realizado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2004.

Lúcia Pacífico, Presidente - Antônio Júlio - Carlos Pimenta.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 43ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 15ª Legislatura, EM 8/6/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, que modifica o art. 124 da Constituição Estadual, que dispõe sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opinou pela aprovação da Proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a Proposta à Comissão Especial que opina pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da Subemenda nº 1, de sua autoria, com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 359/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cláudio. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 657/2003, do Deputado José Milton, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do grupo sanguíneo e do fator RH nos uniformes dos trabalhadores que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.188/2003, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a proibição de veiculação de mensagens de conteúdo impróprio ou inadequado em embalagens de produtos destinados à comercialização para crianças e adolescentes no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alfenas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 144/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 1.350/2004, do Governador do Estado; Projetos de Lei Complementar nºs 38/2003, do Tribunal de Contas; 47/2003, da Deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.865, 2.913 e 2.929/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.871, 2.908 e 2.909/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.933/2004, do Deputado Márcio Passos; 2.935/2004, das Deputadas Maria Tereza Lara, Cecília Ferramenta, Jô Moraes, Maria José Hauelsen e Marília Campos e dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, André Quintão, Biel Rocha, Chico Simões, Laudelino Augusto, Padre João, Ricardo Duarte, Rogério Correia e Weliton Prado; e 2.943/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.972/2004, do Deputado Gil Pereira, e 2.977/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/6/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.945/2004, da Deputada Ana Maria Resende; e 2.976/2004, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.524/2004, do Deputado Carlos Pimenta; 1.539/2004, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.542/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.565/2004, do Deputado Chico Simões; 1.569/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Requerimentos nºs 2.940/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.973/2004, do Deputado João Bittar; 2.975/2004, da Deputada Vanessa Lucas.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a atual situação financeira da Loteria Mineira e sobre o contrato dessa autarquia com a GTech do Brasil, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 261/2003, do Deputado Paulo Piau.

Requerimentos nºs 2.946/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.980/2004, da Comissão Especial dos Aeroportos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 8/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.457/2004, do Deputado Roberto Carvalho.

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 1.214/2003, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Em turno único: Mensagem nº 214/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.525/2004, do Deputado Carlos Pimenta.

Requerimento nº 2.947/2004, do Deputado Antônio Andrade.

Finalidade: debater a atual situação dos produtores de leite do Estado, especialmente as dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite e fabricantes de queijo artesanal do Município de Barbacena.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de Redação Final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8 horas do dia 8/6/2004, destinada à realização da Plenária Final da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 75/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Luiz Humberto Carneiro, Márcio Passos e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente; e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/6/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Simões

exonerando Glaciula Ivanice Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Kênia de Souza Barbosa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Marcos da Luz Evangelista Lima Martins do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

exonerando Maria do Perpétuo Socorro e Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Glaciula Ivanice Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Kênia de Souza Barbosa para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

nomeando Marcos da Luz Evangelista Lima Martins para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas;

nomeando Maria do Perpétuo Socorro e Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.